

Revista do Departamento de Letras da FEUC



1º SEMESTRE 2023
VOLUME 7, Nº9

Traduzir-se

UMA PARTE DE MIM
É TODO MUNDO;
OUTRA PARTE É
NINGUÉM:
FUNDO SEM FUNDO.

UMA PARTE DE MIM
É MULTIDÃO:
OUTRA PARTE
ESTRANHEZA
E SOLIDÃO.

UMA PARTE DE MIM
PESA, PONDERA;
OUTRA PARTE
DELIRA.

UMA PARTE DE MIM
ALMOÇA E JANTA;
OUTRA PARTE
SE ESPANTA.

UMA PARTE DE MIM
É PERMANENTE;
OUTRA PARTE
SE SABE DE REPENTE.

UMA PARTE DE MIM
É SÓ VERTIGEM;
OUTRA PARTE,
LINGUAGEM.

TRADUZIR-SE UMA PARTE
NA OUTRA PARTE
— QUE É UMA QUESTÃO
DE VIDA OU MORTE —
SERÁ ARTE?

Ferreira Gullar

Prof. Dr. Jorge Eduardo Magalhães de Mendonça
Prof^a. M.a. Monique de Siqueira Andrade
(Organizadores)



Faculdades Integradas Campo-Grandenses



Revista Traduzir-se
Revista do Curso de Letras da FEUC
Volume 7, Nº 9

MENDONÇA, Jorge Eduardo Magalhães & ANDRADE, Monique de Siqueira.

Rio de Janeiro

FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES (FIC)
2023

Traduzir-se – V. 7, Nº 9 (2º sem. 2023) – Rio de Janeiro: FEUC, 2023. Anual.
Publicação do Departamento de Letras das Faculdades Integradas Campo-Grandenses
ISSN 2447-2409

1. Língua. 2. Literatura. 3. Outras Linguagens.
Faculdades Integradas Campo-Grandenses – Programa de Graduação em Letras.

EQUIPE EDITORIAL:

1 – Comissão Editorial:

Prof. Dr. Jorge Eduardo Magalhães de Mendonça;

Prof.^a Monique de Siqueira Andrade.

2 – Comissão de Revisão:

Prof.^a Me. Rita de Cássia Gemino da Silva;

Prof. Dr. Hudson dos Santos Barros.

3 – Conselho Científico:

Prof. Me. Everton Lourenço da Silva Maximo;

Prof. Me. Helton Timoteo da Silva;

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIFICADA CAMPOGRANDENSE

PRESIDENTE

Prof. Durval Neves da Silva

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Prof. Hélio Rosa de Araújo

DIRETOR DE ENSINO

Prof. José Mauro da Silva

FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES

DIRETOR GERAL

Prof. Hélio Rosa de Araújo

VICE-DIRETORA GERAL

Prof. Carlos Alberto Lima Firmino

COORDENADORAS ACADÊMICAS

Prof.^a Monique de Siqueira Andrade

prof.^a Aline Silvestre Rosa Serrão

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E PESQUISA

Prof. Carlos Alberto Lima Firmino

COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

Prof.^a Monique de Siqueira Andrade

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Prof.^a Tatiana Monteiro Reis

Prof. Hudson dos Santos Barros

Prof. Fabio Ferreira Coutinho

SUMÁRIO

1. EDITORIAL	06
2. ARTIGOS ACADÊMICOS	07
2.1. A tecnologia, as redes sociais e as plataformas digitais como instrumentos de incentivo à leitura e à escrita	
Aline Silvestre Rosa Serrão	07
2.2. A leitura como ato político e a (in)formação no mundo digital	
Hudson dos Santos Barros	15
2.3. Clarice Lispector nas linguagens teatral, televisiva e cinematográfica	
Jorge Eduardo Magalhães de Mendonça	28
2.4. O ato de ler e sua importância nas relações humanas	
Marivania Tomaz da Silva	36
3. TCC EM DESTAQUE	54
3.1. O cortiço de Aluísio Azevedo sob o viés da História	
Giedre Lima Cardoso	54

1. EDITORIAL

É muito importante fomentarmos a pesquisa em todas as suas vertentes, principalmente ao que tange aos estudos de linguagem e leitura, em um período pós-pandemia, repleto de incertezas em relação aos novos rumos de uma sociedade que aos poucos se reconstrói.

Em uma sociedade que ao tempo todo se renova, o estudo da linguagem e da leitura deve ser elaborada sob um viés de uma prática social, indo muito além dos estudos de gramática, decodificação e história de literatura, em um retrógrado processo de ensino-aprendizado.

Neste período pós-pandêmico, ainda com as marcas de uma mazela que abalou o mundo, a equipe das Faculdades Integradas Campo-Grandenses, mesmo sendo uma gota no oceano, colabora com a difusão da cultura, da literatura e no incentivo à educação, principalmente ao que tange ao estímulo à escrita e à leitura, nesta sociedade que, aos poucos, vai revigorando e recuperando suas forças.

Uma sociedade para ter seu desenvolvimento pleno precisa de educação e cultura, incentivando seus professores e alunos e a população, de uma forma geral, à pesquisa, buscando alternativas para o fomento da educação, principalmente em um país como o nosso tão carente em termo de conhecimento.

É com muito orgulho que o corpo docente, sempre com o apoio e colaboração dos discentes, apresenta este novo número da *Traduzir-se*, a revista do curso de Letras da FEUC.

2 – ARTIGOS ACADÊMICOS

2.1. A tecnologia, as redes sociais e as plataformas digitais como instrumentos de incentivo à leitura e à escrita

Aline Silvestre Rosa Serrão¹

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de fazer uma breve análise acerca das dificuldades em inculcar a prática da leitura no cotidiano dos discentes e propor como instrumentos para fomentação deste hábito as plataformas digitais, as redes sociais, a internet, de forma geral, como aliados na formação de leitores críticos e escritores, adaptando um rival na atenção dos jovens em um meio de propagar o processo de desenvolvimento da leitura/escrita. Algumas redes sociais ainda podem ser úteis ao fomento de novos escritores.

Palavras-chave: Internet; Plataformas digitais; Redes sociais; Leitura.

Abstract: This work aims to make a brief analysis about the difficulties in instilling the practice of reading in the daily lives of students and to propose digital platforms, social networks, the internet, in general, as allies in the formation of this habit. of critical readers and writers, adapting a rival for young people's attention into a means of propagating the developmental reading/writing process. Some social networks can still be useful to encourage new writers.

Keywords: Internet; Digital platforms; Social media; Reading.

Introdução

O hábito da leitura entre crianças e adolescentes vêm se tornando algo cada vez mais raro e difícil entre essa faixa etária e, principalmente, o desenvolvimento da escrita e do desenvolvimento de um possível talento literário, no fomento de prováveis novos escritores.

A internet, disponível em celulares, smartphones e computadores, cada vez mais acessível no âmbito dos lares brasileiros vem sendo vista como a maior concorrente e vilã

¹ Doutoranda em Ensino em Biociências e Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz. Mestre em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco; Coordenadora Acadêmica e do Curso de Sistema de Informação das Faculdades Integradas Campo-Grandenses; Professora das Faculdades Integradas Campo-Grandenses e Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. aline.sr@gmail.com

ao que se refere no interesse do jovem pela leitura e, conseqüentemente, pela produção de textos.

Entretanto, é possível inserir a internet com suas redes sociais e plataformas digitais no processo de letramento e formação literária do indivíduo através de obras pesquisadas no ambiente virtual, que caíram em domínio público e incentivar o discente à escrita através de blogs e redes sociais como o Wattpad, por exemplo, fomentando novas formas de buscar a leitura e a escrita.

1. O processo de incentivo à leitura e seus desafios

Existe no ambiente escolar uma forte resistência em relação à leitura e uma forte deficiência no decorrer da trajetória estudantil dos discentes na compreensão e na interpretação de textos e, conseqüentemente, na escrita, tendo em vista que uma é seqüência da outra.

O ideal é que, no decorrer da seqüência das séries escolares, o aluno, em seu desenvolvimento intelectual, aprimorasse a sua capacidade de leitura, através da qual, sofresse um amadurecimento e maior conhecimento acerca do mundo e da sociedade em que vive, formando cidadãos críticos.

Segundo Solé:

Formar leitores autônomos também significa formar leitores capazes de aprender a partir dos textos. Para isso, quem lê deve ser capaz de interrogar-se sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do seu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e reexaminá-lo, estabelecer generalizações que permitam transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes (SOLÉ, 2008, p. 72).

Verificando essa afirmação, pode-se concluir que a leitura é um importante agente no que tange em transformar a vida do indivíduo e orientá-lo no processo de prover melhoras na sociedade. O hábito da leitura e da escrita e a formação de leitores/autores desenvolvem o senso crítico do indivíduo.

Segundo Ângela Delia Lerner:

Ensinar a ler e escrever é um desafio que transcende amplamente a alfabetização em sentido estrito. O desafio que a escola enfrenta hoje é

incorporar todos os alunos da cultura do escrito, é o de conseguir que todos seus ex-alunos cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores. (LERNER, 2002, p. 17).

Entre o ideal e o real temos uma enorme distância, tendo em vista que o país sofre, há décadas, um total descaso em relação à educação e o processo de formação do indivíduo; sendo assim, ao que tange ao letramento literário, é importante analisarmos as principais dificuldades e deficiências na leitura desses cidadãos ainda em formação, dentro da realidade da educação brasileira.

A tecnologia, hoje tão presente nos lares e nas famílias, principalmente quando se trata dos mais jovens, que muitos acreditam e de fato é um grande culpado pelo desinteresse da leitura também pode auxiliar pais e professores, o que veremos no capítulo seguinte.

2. Smartphones, celulares como instrumentos de incentivo e democratização da leitura

É incontestável a importância da leitura e o poder transformador que essa apresenta neste árduo processo de construção do indivíduo para exercer a sua cidadania, tornando-o um indivíduo crítico e instrumento na fomentação de uma sociedade mais justa e inclusiva, conforme podemos constatar nesta afirmação de

Os benefícios que a leitura promove numa sociedade são inúmeros, o resgate da cidadania, desenvolvimento de um olhar crítico e competências, a integração social, a ampliação de seus horizontes e de um vocabulário, além de profissionais capacitados e competentes. A leitura deve complementar o domínio da escrita e cabe ao professor e aos pais a estimular o pensar, o refletir, o participar e o agir destes indivíduos. (BRITO, 2010, p. 27)

A capacidade do conhecimento de leitura é essencial para que o indivíduo leia melhor as sociedades pretéritas e a de sua atualidade; todavia, na atualidade, enfrentamos diversos desafios em incluir o hábito de ler e da produção textual a esses futuros cidadãos que irão reger o corpo social.

Dentro desta problemática acerca do hábito da leitura e da escrita por parte dos nossos discentes e as suas conseqüentes deficiências neste processo de formação. as

plataformas digitais, as redes sociais, entre outros instrumentos tecnológicos, ao mesmo tempo em que, podem prestar um desserviço, podem ser excelentes instrumentos e aliados para a formação de leitores e até de futuros escritores.

Sem sombra de dúvidas, a tecnologia, nos últimos anos, vem sendo cada vez mais popularizada e acessível nos lares do Brasil e do mundo, sendo a principal rival das instituições de ensino e de seus respectivos programas de estudos e conteúdos programáticos.

Segundo Porto:

A escola está competindo com meios mais atraentes, como a TV, o computador ou o MP4, por exemplo. No mundo atual, os jovens apreciam outras sensações (áudio-visuais, afetivas, motoras), o que é diferente da proposta da maioria das escolas. São outras maneiras de compreender, de perceber, de sentir e de aprender, em que a afetividade, as relações, a imaginação e os valores não podem deixar de ser considerados. São alternativas de aprendizagens que auxiliam a interagir, a escolher e a participar nas estruturas sociais e educativas (PORTO, 2006, p. 45).

Os ambientes virtuais existentes na internet modificaram bastante a sociedade e as suas relações, principalmente, dos mais jovens que abandonaram diversões, brincadeiras e interesses, cultivadas por várias gerações passadas pelas redes sociais, disponíveis na palma da mão.

Muitos especialistas afirmam que o computador e o celular são os grandes concorrentes do hábito da leitura em nossa contemporaneidade; entretanto, esse mesmo ambiente virtual pode auxiliar neste mesmo processo de incentivo às letras, tendo em vista que, assim como encontramos futilidades na internet, podemos também desfrutar de uma boa leitura.

Dentro das leis dos Direitos autorais existe um item que trata sobre o Domínio Público que dá o direito de qualquer um ler ou comercializar uma obra, sem pagar direitos autorais, após um longo tempo do falecimento de seu autor intelectual, que fica bem claro no Art. 41 da Lei de Direitos Autorais.

Observemos esta afirmação de Gabriela Corvo da Trindade:

O tempo de proteção dos [Direitos Autorais](#) varia em cada país, ocorrendo normalmente 50 a 70 anos após a morte do autor. Durante

esse período, cabe apenas ao autor o direito de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística e científica. A utilização da obra por outra pessoa depende de autorização prévia e expressa do autor, mesmo que seja apenas uma reprodução parcial, uma tradução ou edição. (TRINDADE, 2015).

É importante ressaltar que quando a obra artística, seja literária, musical ou de outro gênero, cai em domínio público, não é mais protegida por lei ou é preciso pedir autorização para reproduzi-la. No Brasil, esse domínio público se dá após setenta anos da morte do autor; por exemplo, Lima Barreto, autor de obras como *Clara dos Anjos* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, faleceu em 1922, sendo assim, sua lavra literária caiu em domínio público em 1992.

Antes do advento da internet, mesmo quando a obra já havia caído em domínio público, era preciso adquirir o livro físico para a leitura, como é o caso de Machado de Assis, que caiu em domínio público em 1978, quando ainda não existia esse ambiente virtual.

Este domínio público e a internet são justamente os pontos-chaves da questão, tendo em vista que é possível e permitido ler uma obra inteira de um autor em domínio público, baixando-a no computador ou no celular; em suma: a internet democratizou e popularizou a leitura de clássicos da literatura brasileira e universal.

Provavelmente, muitos leitores à moda antiga, acostumados a folhearem livros físicos, cujo hábito de sentir o livro nas mãos faz parte do processo de apreciação de leitura, sofrerá um entranhamento nesta nova modalidade de degustar uma obra literária; todavia, é importante enfatizarmos que é necessário nos adaptarmos aos novos tempos para estimularmos nossos jovens à leitura e à escrita.

3. A tecnologia como incentivo de novos escritores e democratização das publicações

Naquilo que tange à fomentação da escrita e divulgação das tendências contemporâneas da Literatura, temos as leituras e as escritas através de blogs, vlogs e outras plataformas nas quais o escritor aborda temas contemporâneos, fazendo com o que o leitor, principalmente os jovens, identifique-se com os assuntos, como podemos

constatar nesta afirmação de Elisa Aires Rodrigues de Freitas e Luiz Carlos Avelino da Silva:

Os avanços tecnológicos e uma maior difusão da internet configuram, a cada dia, mais possibilidades para o uso do espaço virtual, principalmente novas formas de comunicação e maneiras de relacionar-se. Interessados em observar essas vivências da adolescência na atualidade, decidimos localizá-los onde eles estão, ou seja, nas páginas da internet. Dentre alguns sites pessoais e de relacionamentos optamos pelo blog (utilizado como diário íntimo) por tratar-se de um espaço cuja proposta é: adolescentes falarem sobre eles mesmos. Então, nós os teríamos narrando a si próprios. (FREITAS, SILVA, 2014, p. 141).

Nesse trecho verificamos que através de vivências e experiência empíricas, através de um ambiente virtual, o adolescente pode se sentir estimulado em desenvolver a sua escrita, o seu estilo em produzir um texto e até um talento literário escondido em seu âmago, falando sobre si mesmo.

Os blogs, além de serem uma ótima vitrine para os autores escreverem seus textos, também são uma forma de divulgação dos mesmos, através de blogs especializados em entrevistas com escritores e em resenhas críticas sobre obras consagradas e outras, até então, desconhecidas do grande público, nesse último caso destruindo o monopólio de revistas e jornais especializados em literatura, muitas das quais só divulgavam obras de autores consagrados.

Apesar de a sociedade contemporânea ter diversas alternativas de lazer, concorrentes com os livros, as plataformas digitais surgiram para aproximar o indivíduo, principalmente o público jovem, da leitura e facilitar a publicação e divulgação de novos escritores e tendências literárias contemporâneas para outros públicos.

Ainda hoje, existem editoras tradicionais, com seus livros físicos, que proporcionam tardes de autógrafos, distribuição dos exemplares nas livrarias e algumas até vendem versões em e-books, muitas vezes tendo valores altíssimos para seus respectivos autores. Todavia, torna-se cada vez mais comum e popular a auto publicação de novos escritores, com seus estilos inovadores, em plataformas digitais especializadas no ramo, como por exemplo, a Livrorama, o Clube dos Autores, entre outros.

Uma boa alternativa para novos escritores é a Wattpad, que, além de possibilitar que qualquer pessoa publique seu livro. É importante salientar que a plataforma já revelou

vários novos autores para o mercado editorial. A plataforma é uma mistura de editora virtual com rede social, em que, além de divulgar seu texto, o escritor pode interagir com outros autores e com seus leitores.

Segundo Daniel da Rocha Silva e Marília Roberta da Silva Leite:

Dessa forma, o Wattpad constitui-se em um auxiliar metodológico para o incentivo à leitura/escrita, com requisitos que atendem ao público jovem, escolar e fácil de ser utilizado. O jogo visa o desenvolvimento cidadão de cada um, utilizando-se de mecanismos acessíveis e de fácil manipulação. (ROCHA, LEITE, 2014, p. 12).

Obviamente que tal facilidade e acesso à publicação proporcionaram um infundo surgimento de obras, nem sempre com boa qualidade. A auto publicação democratizou e ao mesmo tempo facilitou o surgimento de escritores, sem critério ou seleção. Ou melhor, o critério fica por conta do público leitor. Só o futuro dirá quem permanecerá nos cânones literários e quem será esquecido.

Vivemos em tempos híbridos entre a internet como vilã ao estímulo à leitura e, ao mesmo tempo, como possível aliada da mesma, em um processo de afastamento, devido a outros atrativos, e aproximação à leitura, por causa da facilidade, tendo em vista que um aparelho de celular pode proporcionar diversas obras da literatura universal e facilitar o trabalho de um escritor.

Considerações finais

Podemos constatar que as plataformas digitais e as redes sociais, apesar de dispersarem os jovens do processo ensino/aprendizagem, principalmente ao que se refere à leitura e à escrita, também podem surtir um positivo efeito contrário, tornando-se importantes ferramentas ao estímulo do hábito de ler e no fomento da escrita, estimulando inclusive a uma possível carreira literária.

Os clássicos que caíram em domínio público, disponibilizados gratuitamente na internet, viabilizaram e facilitaram o acesso à leitura não só dos jovens, mas de pessoas de todas as idades, das mais diversas classes sociais e níveis culturais, em um processo de democratização do hábito de ler.

As plataformas de auto publicação como Livrorama, Clube de Autores, *Wattpad*, entre outros, também estimulou a criatividade e a produção de escritas em ambientes cujos escritores já podem mostrar de forma gratuita suas obras, sem depender dos grandes grupos editoriais. Claro que com essa popularização da escrita, teremos uma infinidade de obras, que só o futuro dirá quem entrará para os cânones e quem será esquecido.

Referências bibliográficas

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2019.

BRITO, Danielle Santos. A importância da leitura na formação social do indivíduo. *Revela*. Periódico de divulgação científica da FALS. Ano. IV, N.VIII-Jun/2010. Disponível em: http://www.fals.com.br/revela12/Artigo4_ed08.pdf. Acesso em: 20 jan.2017.

FREITAS, Elisa Aires Rodrigues de. SILVA, Luiz Carlos Avelino da. Escritas de si mesmos: os adolescentes e seus blogs. In: **Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 26, n. 2, p. 139 – 157, 2014.**

HERNÁNDEZ, F. et al. **Aprendendo com as inovações nas escolas**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de Leitura: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 2002.

LERNER, Délia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PORTO, T. M. E. **As tecnologias de comunicação e informação nas escolas: relações possíveis... relações construídas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROMERO, S. **Novas tecnologias na escola**. Campo Grande: UCDB, 2005.

SILVA, Daniel da Rocha. LEITE, Marília Roberta da Silva. *Wattped* como auxiliar metodológico para desenvolvimento da leitura e da escrita. In: **R. Educ. Tecnol., Curitiba, n. 20, p. 111-125, 2020.**

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TRINDADE, Gabriela Corvo da. Direito Autoral: Quando as obras caem em domínio público?. In: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/direito-autoral-quando-as-obras-caem-em-dominio-publico/178722032>.

2.2. A leitura como ato político e a (in)formação no mundo digital

Hudson dos Santos Barros²

Resumo: São notórias as vertiginosas revoluções socioculturais empreendidas pelo uso das tecnologias de rede a partir da integração entre o mundo digital e o orgânico. Integração conflitante e complementar que tem influenciado significativamente a relação do ser humano com o conhecimento, em especial perante a chamada política da pós-verdade, em que a racionalidade e o factual têm sido frequentemente desconstruídos. Em meio a esse desconcerto da ordem lógico-discursiva, a leitura da textualidade digital tem sido uma competência decisiva para a aceitação passiva ou para o enfrentamento das imposições e rupturas da desinformação em massa presente na rede. É diante de tais conjunturas que este artigo apresentará estudos, análises e propostas acerca da relação entre as tecnologias digitais de rede, a cognição e a leitura, objetivando demonstrar a relevância singular da dimensão política do ato de ler em um cenário de debilitação da atenção, dispersão intelectual e distorção epistemológica. Pretende-se apresentar aqui as características dessa dimensão política como base para discussão do papel da leitura como uma prática discursiva de enfrentamento capaz de (re)constituir valores culturais e subjetividades.

Palavras-chave: leitura; formação; política; tecnologia; redes.

Abstract: The vertiginous socio-cultural revolutions undertaken by the use of network technologies from the integration between the digital and the organic world are notorious. Conflicting and complementary integration that has significantly influenced the relationship of the human being with knowledge, especially in the face of the so-called politics of post-truth, in which rationality and the factual have often been deconstructed. In the midst of this bewilderment of the logical-discursive order, the reading of digital textuality has been a decisive competence for passive acceptance or confrontation of the impositions and ruptures of mass disinformation present in the network. It is in the face of such conjunctures that this article will present studies, analysis and proposals about the relationship between network technologies, cognition and knowledge, aiming to demonstrate the singular relevance of the political dimension of the act of reading in a scenario of debilitation of attention, intellectual dispersion and epistemological distortion. It is intended to present here the characteristics of this political dimension as a basis for discussion of the role of reading as a discursive event capable of (re)constituting cultural values and subjectivities.

Keywords: reading; education; politics; technology; networks.

Introdução

As múltiplas e contínuas revoluções das tecnologias digitais informação e comunicação têm influenciado amplamente os hábitos de compreensão e apreensão de informações. As telas e suas demandas de interação têm, ao longo dos anos, moldado

² Professor Doutor da Faculdade de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Faeterj, campus Paracambi) e das Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FICs). E-mail: hsbrush@gmail.com.

nosso comportamento, influenciando amplamente a capacidade de concentração e, conseqüentemente, o ato de ler. Neste cenário digital onipresente, a leitura superficial e acelerada predomina cada vez, afetando a cognição, o uso da memória e das competências vinculadas à análise crítica dos fatos. Realidade essa que, nos últimos anos, tem atingido sociedades em escala global e causado intensas mutações em suas conjunturas políticas.

Tais revoluções tecnológicas demandam necessariamente um novo condicionamento do corpo humano. É o que atestaram estudiosos de diversas épocas e áreas do conhecimento, tais como McLuhan, Simondon, Lévy, Carr, Han, entre outros. Simondon já alertava na década de 1950 acerca do perigo de tratar o objeto técnico como estrangeiro, ou seja, como matéria desprovida de significado. Para o estudioso, a vinculação entre o humano e a máquina não pode ser reduzida ao aspecto utilitário: mais do que servir e produzir, a máquina condicionaria gestos e hábitos humanos, podendo representar uma ameaça ao ser humano. Para Simondon, os objetos técnicos são mediadores que viabilizam novas potencialidades do corpo, assim como novas relações com a natureza e a cultura. Segundo McLuhan (s/d, p. 63) “Qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou auto-amputação (sic) de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo.” Segundo o filósofo, a tecnologia transforma e é transformada pela ação humana. Como extensão do corpo, seus efeitos perpassariam os sentidos e as faculdades intelectuais, ampliando e reduzindo habilidades. Se de um lado revitaliza a força de produção e interação humanas, por outro provoca o entorpecimento da reflexão (“da consciência integral”) do ser humano sobre si próprio. Tanto Simondon quanto McLuhan estão de acordo com Lévy, que anos mais tarde cunharia o conceito de “cibercultura” e estudaria as implicações culturais do uso das redes digitais. De acordo com Lévy (1999), o uso intensivo das ferramentas constitui os modos de agir e pensar humanos, por esse motivo a tecnologia é parte essencial dos fenômenos socioculturais. No campo da realidade virtual, conforme ressalta Lévy, tais mudanças possuem um ritmo mais acelerado e projetam contínuos e novos padrões de comunicação e integração entre o corpo e o sistema cognitivo. Tecnologia essa que abrange um conjunto complexo de processos cujos efeitos não se poderia determinar por completo.

O panorama delineado até aqui enseja os objetivos deste artigo: apresentar os efeitos das tecnologias digitais de rede na cognição e na leitura, bem como a relevância

da dimensão política do ato de ler no atual cenário global de desatenção, dispersão intelectual e distorção epistemológica impulsionado pela *web*. As duas primeiras partes do artigo se concentrarão na relação entre essas tecnologias, a construção do conhecimento e a ordem lógico-discursiva da textualidade digital do “mundo pós-verdade”. A partir desse percurso, serão demonstradas as características da leitura como prática vinculada às transformações sociopolíticas de uma cultura, em especial o seu aspecto político. O texto finalizará com considerações a respeito dessa dimensão política e sobre o papel da leitura como uma prática discursiva capaz de combater as armadilhas tecnológicas responsáveis pelas imposições e rupturas da desinformação em massa presente na rede.

1. Leitura, cognição e tecnologia

Com o avanço da internet e demais tecnologias a ela vinculadas, o corpo adquire, ao mesmo tempo, novas extensões produtivas e novos hábitos. A *web* tem reconfigurado movimentos, percepções e viabilidades de interação do corpo humano, de modo a integrar essencialmente o mundo orgânico e o digital. Han (2022) afirma que a digitalização do mundo tem alterado substancialmente a convivência e a percepção humanas. Conforme argumenta, o mundo digital tem submetido a sociedade a um frenesi comunicativo que tem ocasionado amplas mudanças na racionalidade: no lugar do pensamento reflexivo, estariam imperando a distração associada ao infoentretenimento, à produção acrítica de conteúdos e à fragmentação do conhecimento e da linguagem, cenário esse que Han (2022, p. 32-36) denomina de “regime da informação”. O filósofo afirma que, sob o regime da informação, o *smartphone* e o *touchscreen* não submetem seus usuários por meio da passividade provocada pela televisão e demais meios de comunicação de massa dominantes no século XX; no lugar dessa passividade, destaca-se a produção digital contínua da informação influenciada pelo estímulo emocional ao consumo acelerado, pela comunicação viral de conteúdos, pela espetacularização e, principalmente, manipulação e distorção dos fatos. Esse estado de coisas teria acarretado uma transformação na racionalidade: a ação racional, que demanda maior tempo de reflexão e decisão, estaria perdendo espaço para a comunicação afetiva cujos efeitos se notariam na decadência da lógica discursiva e da validade analítica dos fatos.

Tais reflexões indicam que, no mundo das telas, o pensamento reflexivo estaria sendo frequentemente substituído pela distração e pela superficialidade. Ideias essas que vão ao encontro dos estudos apresentados por Carr sobre a internet e seus efeitos na cognição humana. A internet, além dos benefícios oriundos do hipertexto, da interconectividade e da multimodalidade, tem modificado, ao longo dos anos, faculdades intelectuais que demandam maior complexidade e tempo das ações mentais. Transformações que atingiram a leitura, a memória e o raciocínio analítico-contemplativo. Carr (2011) explica que, embora a internet tenha aperfeiçoado o acesso à informação, ela alterou a capacidade humana de concentração: “Quanto mais usam a web, mas têm que se esforçar para permanecerem focados em longos trechos de escrita.” (CARR, 2011, p. 19) Ou seja, um novo padrão mental imposto pela *web* baseado na procura acelerada da informação estaria afetando o modo como se leem e analisam textos verbais e não verbais. É o que reconhece também Vergnano-Junger (2016) ao dissertar sobre a debilitação do processo leitor na era da informação e o fato de o mundo digital impor novos desafios à leitura e ao letramento. A pesquisadora destaca os múltiplos fatores entrelaçados nesse processo, tais como a fragmentação de dados, a imprecisão de fonte e autores, o estresse cognitivo diante da grande quantidade de informações, os novos gêneros textuais e usos da língua e a mescla entre o verbal e o não verbal. Ela argumenta ainda que, diante de tais desafios, “os leitores precisam desenvolver estratégias de inferência, seleção, avaliação e controle refinadas aguçadas.” (VERGNANO-JUNGER, 2016, p. 11) Afirma que o leitor deve aprender a transitar entre a cultura digital e a impressa sem reduzir a leitura a um caráter meramente instrumental. Em outras palavras, mais do que acumular dados e informações, o ato de ler deve também ser desafiador e promover o desenvolvimento do pensamento.

Carr (2012, p. 195) afirma que a leitura rápida tem se tornado dominante, afetando habilidades de compreensão mais profunda dos fatos. Habilidades que proporcionam conexões mentais mais significativas e associadas à análise indutiva, ao pensamento crítico, à imaginação e à reflexão. Carr (2011, p.172) esclarece que o sucesso do aprendizado está relacionado à capacidade de transferência de informações da memória de trabalho para a memória de longo prazo (sede do conhecimento). Explica ainda que, com a concentração, esse processo ocorre de forma lenta e com base em ricas associações mentais. Em razão da sobrecarga de conteúdos aos quais o cérebro é exposto na rede, a

memória de trabalho atinge seu limite e não consegue realizar esse processo de forma eficaz. Essa concepção de sobrecarga de informações já estava presente nas reflexões de Lévy (1999, p. 29-30) na década de 1990 quando este afirmava que o ciberespaço era um “pharmakon”, palavra grega que significa concomitantemente veneno e remédio. Segundo previa o pesquisador, a então denominada “inteligência coletiva”, que ele considerava como motor da cibercultura, poderia promover uma sinergia de competências e modos de cooperação flexíveis e transversais; do mesmo modo, Lévy reconhecia seus efeitos negativos, tais como o isolamento das pessoas, sobrecarga cognitiva, dominação e exploração de potências econômicas e a multiplicação de tolices coletivas. Tais efeitos estão de acordo com o que Han (2022, p. 57-68) denomina de “racionalidade digital”, isto é, uma forma de racionalidade cujo foco está no intercâmbio de informações e não no discurso, cuja essência é a fundamentação lógica e autonomia crítico-analítica do indivíduo. Para elucidar esse conceito, o filósofo denuncia a atual força impositiva dos algoritmos e da inteligência artificial cuja base conceitual seria a negação da liberdade e da autonomia individual pelo uso maquinal e massivo dos dados. Na chamada sociedade da informação, a sociedade funcionaria como um organismo que poderia ser entendido e controlado a partir do volumoso e crescente volume de dados disponibilizados pela própria ação humana. Segundo Han, diante da multiplicação viral, breve, simplificada e, por vezes, distorcida dos conteúdos na rede, torna-se cada vez mais difícil a compreensão (e exposição) ordenada e coerente de ideias, conjuntura essa que viabilizaria a injeção algorítmica e as ações automatizadas decorrentes desta. O pensamento crítico seria, assim, destronado pela reprodução maquinal de atos e informações, orientando corpo e mente no espaço da superficialidade ao mesmo tempo orgânica e digital.

2. Desinformação e formação no mundo digital

Em entrevista ao jornal *El País*, em 01 de julho de 2021, Pierre Lévy fala, entre outros assuntos, sobre a relação entre as tecnologias digitais de rede e a cognição e a responsabilidade do ser humano no uso dessas ferramentas. O pesquisador ressalta que a internet, como principal infraestrutura de comunicação humana, potencializa a linguagem e, por conseguinte, condiciona e transforma a ordem econômica, política e cultural. Acrescenta mais adiante que as tecnologias de rede possibilitaram um aumento da cognição e cita como exemplo da externalização da memória nos meios digitais pelo

Google. Lévy reconhece, no entanto, que a rede é também um espaço de mentira e manipulação, visto que a natureza humana não se transformou. Embora o filósofo veja as possibilidades positivas de aprendizagem das tecnológicas digitais, principalmente nas ciências humanas e sociais, concorda com o entrevistador no que se refere à relação entre a elevada quantidade de estímulos da rede e o grande déficit de atenção causado por esses estímulos. Assim responde: “Você pode receber uma avalanche de dados e informações, mas se não tiver cultivado sua capacidade de atenção não tem nada a fazer com tudo isso. Mas não só. Além disso é necessário reforçar nossa capacidade de estabelecer prioridades.” (LÉVY, 2023).

É o que também alerta Kakutani (2018, p. 150-152)) ao explicar que a fé no aumento do potencial humano nos primórdios da internet resultou em distração nervosa e excesso de informação. A autora destaca o império dos conteúdos virais que exploram emoções como medo, revolta e ansiedade, bem como a expansão rápida e incontrolável das *fake 20eix*. Conforme explica Kakutani (2018, p. 155), as grandes empresas de tecnologia objetivam maximizar o engajamento dos usuários e, para isso, apelam para emoções primárias com base em uma ampla coleta de dados que viabilizam o isolamento das pessoas em bolhas de informação. Anúncios e conteúdos personalizados, assim como mecanismos de recomendação de vídeos e sites são ferramentas atuais que incitam e reúnem preferências, sentimentos e alinhamentos ideológicos. Ao mesmo tempo, distanciam pessoas e provocam desinformação em massa. Nessa mesma linha de pensamento, Han (2022, p.70-71) afirma que há atualmente um novo niilismo impulsionado pela web, que o autor considera como uma distorção patológica da sociedade da informação. Sociedade caracterizada cada vez mais pela ausência de crença na facticidade e pela perda do mundo comum em decorrência de uma ordem digital que debilita a atenção, a racionalidade e a distinção entre verdade e mentira. Para o autor, no mundo contemporâneo, a verdade se dilui no ruído da informação (HAN, 2022, p. 92). Assim como Kakutani, o filósofo considera esse estado de coisas como “degeneração”.

Uma das principais referências na imprensa sobre essas reflexões é a matéria da revista *The Economist*, do dia 10 de setembro de 2016, acerca da chamada política da pós-verdade (*post-truth politics*). A matéria aborda as principais linhas de ação das estratégias políticas utilizadas por Trump e demais líderes (como Turquia, Polônia e Rússia), estratégias essas baseadas na criação de uma realidade paralela cujo objetivo é

incitar emoções e reforçar preconceitos em seus interlocutores. Conforme explicado, na pós-verdade, os fatos não são falsificados, mas reinventados. Mais importante do que a facticidade é a adesão dos apoiadores por meio de um apelo aos sentimentos, como a raiva e a frustração. De acordo com o texto, essa política está relacionada com a evolução da mídia e, principalmente, com a fragmentação das fontes, cuja consequência é construção de um mundo atomizado em que informações inverídicas se espalham com grande velocidade. Nos grupos digitais, as mentiras compartilhadas adquirem maior credibilidade do que aquelas divulgadas na imprensa tradicional e conhecimentos científicos se tornam uma mera questão de percepção ou crença subjetiva. A complexidade do mundo reduz-se a simples máximas ou explanações baseadas no consenso (e proteção) de uma coletividade unida em torno de um conjunto ideias dogmáticas. Entre as consequências disso, estão a alienação, a ausência de crença nas instituições, o radicalismo, a violência e a disfuncionalidade do sistema político. O debate cede lugar à ilogicidade e ao silenciamento do outro, que de acordo com as circunstâncias pode ser considerado uma ameaça ou um inimigo.

Segundo Kakutani (2018, p. 177), o objetivo da propaganda política digital é “esgotar o pensamento crítico para aniquilar a verdade”. Escreve ainda: “Na era digital, semear a confusão on-line em meio a uma enxurrada de informações errôneas e desinformação está se tornando a principal tática de propagandistas em todo o mundo (...)”. (KAKUTANI, 2018, p. 178) A autora explica que as mídias alternativas buscam a propagação do ódio, de desinformação e a provocação de adversários. O objetivo final seria a destruição das instituições, do *establishment*. A presença dos mesmos conteúdos falsos em múltiplos canais nutririam uma percepção de consenso e facticidade, impedindo que a informação verdadeira alcance determinados grupos. Conforme escreve Kakutani, tais ações articuladas, cuja inspiração e técnicas remontam à Lênin e Hitler e hoje são empreendidas por grupos políticos de extrema-direita ao redor do mundo, tem como base o convencimento de seu público por meio da repetição de fórmulas estereotipadas e do ataque contínuo, por meio de slogans, aos adversários. Para os grupos políticos extremistas, a “verdade racional” não importa, mas sim a mobilização das massas por intermédio do caos e do ódio, engendrados por um conjunto sistêmico de ações virtuais fundamentadas na permanente manipulação movida pelo excesso de informações detratadoras e desviantes. (KAKUTANI, 2018, p. 169-184)

A propaganda massiva impulsionada de forma contínua e estratégica nas redes sociais tem destruído referências de conhecimentos básicas e a própria coesão social a respeito de temas e saberes norteadores dos principais valores civilizacionais. A racionalidade científica é frequentemente confrontada por exaltados discursos que reduzem o mundo ao ideologismo superficial e induzem visões de mundo pautadas em ficções que assumem o lugar de dogmas. A complexidade argumentativa é violentada pela irascibilidade e pela acusação desmedida e injustificada. Tudo em nome de uma verdade própria fabricada, mas com a feição de textualidade doutrinal. Nos espaços virtuais da propaganda programada, identidades são produzidas gradativamente por distorções articuladas em rede que encontram uma capacidade cognitiva debilitante e debilitadora, com um poder paradoxal de alimentar outras identidades com as mesmas visões simplistas ou irreais com as quais foi nutrida. No delirante jogo discursivo desse mundo pós-verdade, cada vez mais adormece o senso crítico, bem como a possibilidade de seu aprimoramento. A lógica é pervertida pela cultura do engajamento, seja pelo viés estratégico dos líderes ou empresas, seja pelo aspecto militante dos seguidores que encaminham conteúdos ideológicos de modo automático e entusiasmado. Cultura que fragmenta saberes e grupos sociais e alucina mentes capazes de movimentar seus corpos como partes de mecanismos cujo objetivo é a destruição dos pilares filosóficos, científicos e institucionais das sociedades democráticas.

Compreendendo os efeitos destrutivos dessa força alienante, pode-se analisar o valor da leitura como ato político capaz de combater essa distopia digital em curso. Tendo as tecnologias digitais de informação e comunicação afetado as competências de leitura, a memória e o aprendizado, assim como os saberes racionais consensuais, cabe trazer aqui reflexões sobre o ato de ler e a formação (reforma) da racionalidade comunicativa. Em um mundo de contínua desinformação, a leitura torna-se mais do que uma mera ação decodificadora: alcança crescentemente o *status* de reformadora de identidades.

3. A leitura como ato político

Os efeitos das tecnologias digitais nos hábitos e na cognição humana se expressam nas múltiplas transformações culturais em escala global. O mundo digital e o físico agregam influências mútuas e conduzem a inovações incessantes. Como adverte Lévy (1999), a velocidade é paradoxalmente uma constante em mundo fluido e dinâmico; um

mundo impulsionado pelo que ele denominou, com otimismo, de “inteligência coletiva”, referindo-se aos modos de cooperação flexíveis e transversais viabilizados pela internet. Suas considerações, no entanto, não perdem de vista os “venenos” da cibercultura. É o que Carr (2011) analisou amplamente ao apresentar pesquisas acerca da leitura na internet e sua relação com a superficialidade do aprendizado e do pensamento.

Pesquisar o ato de ler considerando tais condicionamentos tecnológicos possibilita uma compreensão mais detalhada não apenas da cognição, mas também da interpelação discursiva nos modos de ser de determinados grupos sociais e culturas. Tal assertiva permite uma constatação: o modo como se lê e compreende textos, atualmente, influencia de forma ampla e práticas sociais. Conforme afirma Orlandi: “nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social” (1988, p. 8). Dentro de uma perspectiva discursiva, a leitura é integrante de uma rede de sentidos que são construídos individual e socialmente. É o que defende Orlandi (1988) ao afirmar que a legibilidade não restringe à textualidade em si, mas também a determinações de natureza, histórica, linguística, ideológica. Concepção essa que descortina novas funções do ato de ler, vinculando-o à constituição da subjetividade e da historicidade. Vale aqui mencionar Fairclough (2001, p. 91-100), que entende o discurso tanto como um modo de representação como um modo de ação capaz que moldar práticas individuais e coletivas, direta ou indiretamente, inoculando efeitos dispersos nas estruturas, relações e lutas sociais.

Por tais motivos, a leitura no mundo digital não se resume ao acúmulo instrumental de informações. O ato de ler nunca foi somente uma prática de caráter pragmático ou uma atividade de entretenimento. Como um evento discursivo, constitui práticas e identidades; trata-se de uma atividade sociocultural complexa que reconfigura convenções e valores, bem como influencia relações interpessoais e de poder. É indiscutível o poder de influência de um livro na naturalização de ideologias. Ainda mais em um mundo hiperconectado, diariamente invadido por um fluxo incessante de imagens e palavras capazes que mobilizar os sentimentos mais profundos. A ordem discursiva da leitura na *web*, ao mesmo tempo, impulsiona sentimentos individuais e viabiliza uma sinergia coesa e difusiva. A legibilidade pode se tornar, nesse contexto, uma fonte consensos automatizados, um paradigma doutrinário de ação ou um viés de cerceamento

de referências. Tudo isso garantido pelo algoritmo do engajamento, pelos *feeds* de notícias ou simplesmente por limitações sociocognitivas mesmo.

O texto vivenciado e replicado na rede tem uma capacidade de influência que não pode ser ignorada. Influência que viabiliza o perigo da aceitação e reprodução passiva e incondicional de inverdades inquestionáveis ou de conceitos distorcidos. Perigo que geralmente se desdobra em comportamentos de anulação do outro ou da própria realidade. Tais riscos ensejam contínuas pesquisas, reflexões e propostas a respeito das características e exigências múltiplas da leitura na atualidade. Principalmente do seu caráter político, considerando-se os efeitos deletérios da discursos ancorados na concepção de pós-verdade.

Refletir sobre o aspecto político da leitura envolve o entendimento desta como uma prática vinculada às transformações sociopolíticas de uma cultura. Para Fairclough (2001, p. 92), a prática discursiva contribui para a reprodução e transformação de uma sociedade. Como discurso constituinte, a leitura no mundo digital avaliza e transforma significados, naturaliza ou reconfigura conceitos, normas e ações. O modo como o indivíduo lê e compartilha, interpreta e age, aceita ou crítica textos (verbais e não verbais) em seus engajamentos diários na internet não se restringe mais ao privado simplesmente. Há de fato uma dimensão pessoal, contudo seus efeitos cada vez mais atingem o plano interpessoal. A legibilidade dos textos na rede constrói e desintegra relações e convenções, reconfigurando a racionalidade e produzindo realidades. Por isso, a leitura é um ato político ainda que se submeta ao regime da informação denunciado por Han (2022). O mero consumo vertiginoso de informações na rede reduz possibilidades cognitivas, críticas e criativas e torna oportuna a manipulação, as distorções, as mentiras, o ódio e a impulsividade destrutiva.

As tecnologias digitais de informação e comunicação recrudesceram a dimensão política da leitura. Dimensão que não está relacionada necessariamente ao viés partidário. A emergência da chamada “crise da verdade” exige pesquisas contínuas sobre os aspectos cognitivos da leitura digital e de ações pedagógicas ubíquas, sistemáticas, transversais e institucionais contra o niilismo patológico da pós-verdade. Ainda mais: observa-se a urgência de políticas públicas voltadas à leitura e à cidadania no mundo digital, bem como permanentes renovações no arcabouço legal brasileiro para a responsabilização das *big techs*, seja por inação ou falta de transparência. Debater e construir propostas de ação

sobre a leitura na era da informação e sua dimensão política significa uma abertura maior de espaço para uma ação política de construção e não de destruição. Se de um lado, observa-se a degradação da racionalidade e de valores pela leitura superficial, acrítica e sem referenciais fidedignos; por outro, é preciso investir ainda mais em estudos e reflexões que denunciem essa realidade e tornem possíveis estratégias combativas. O trajeto de construção, no entanto, é longo e laborioso e exige um verdadeiro engajamento da inteligência coletiva.

Considerações finais

A vinculação entre leitura e cidadania torna-se cada vez mais visível quando se consideram as incessantes rupturas engendradas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação e as práticas a partir delas condicionadas. Mais do que um espaço de troca e colaboração, a rede tem influenciado decisivamente na constituição da subjetividade, alterando a cognição, o ato de ler e a própria relação do indivíduo com o conhecimento. Realidade essa que tem redimensionado globalmente valores políticos e socioculturais e impactado a qualidade das relações cívicas. No espetáculo digital da indigência intelectual da pós-verdade, testemunha-se a deturpação em massa da lógica, da criticidade e do próprio discurso em prol de interesses de grupos de poder. Diante desse amplo processo de perdas e inversões, compreender a dimensão política do ato de ler impõe-se como instrumento de combate à crise da verdade e à desinformação. Dimensão que integra necessariamente leitura e cidadania, uma vez que reconhece a legibilidade como ponto de partida para a construção de sociedades mais abertas ao diálogo de formação. Nesse reconhecimento, a legibilidade, mais do que fonte de aprendizado individual, torna-se força propulsora para uma sociedade em formação permanente, tendo como fundamento uma verdadeira sinergia de mentes abertas ao conhecimento e à interatividade produtora deste.

O desenvolvimento da dimensão política da leitura envolve a conscientização do leitor acerca das armadilhas tecnológicas aos quais está constantemente exposto, assim como a necessidade de conhecer ferramentas do mundo digital que podem se contrapor ao universo paralelo dos algoritmos e dos conteúdos não factuais. A oposição entre leitura física e digital não se sustenta mais. Saber transitar entre os dois é o desejável; contudo, é preciso ter em mente que a *web* cada vez mais tem se apoderado da cognição humana.

Saber buscar fontes seguras, atestar imagens e informações falsas ou tendenciosas e reconhecer obras e autores de referência nas múltiplas áreas do conhecimento são exemplos de competências poderosas em mundo dominado pelo consumo emotivo de conteúdos e produtos. Promover a leitura como ato político significa, portanto, em um primeiro momento, demonstrar como a rede e seus suportes tecnológicos a afetam, bem como as consequências individuais e sociais desses efeitos. Em um segundo momento, torna-se inevitável o desenvolvimento de competências de leitura para o mundo digital por meio de ações humanas e ferramentas tecnológicas que auxiliem nesse processo, considerando-se os perigos da pós-verdade e as práticas comunicativas da contemporaneidade. Transformadas em instrumento de aprendizado e transformações substanciais a serviço do bem comum, as tecnologias digitais de informação e comunicação podem se tornar, nessas etapas, o *pharmakon* de novas revitalizações socioculturais e políticas.

Referências bibliográficas

CARR, Nicholas. **A geração superficial**: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Tradução de Mônica Gagliotti Fortunato. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. café. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: la digitalización e la crisis de la democracia. Tradução de Joaquín Chamorro Mielke. Madrid: Taurus, 2021.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Trans)

_____. Pierre Lévy: “Muitos não acreditam, mas já éramos muito maus antes da internet”. El País, 01 jul. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/eps/2021-07-01/pierre-levy-muitos-nao-acreditam-mas-ja-eramos-muito-maus-antes-da-internet.html>>. Acesso em: 24.03.2023.

MCLUHAN, Marchall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 3. ed. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cutrix, s/d.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da UNICAMP, 1988.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Tradução Vera Ribeiro. 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

THE ECONOMIST. Art of the lie: politicians have always lied. Does it matter if they leave the truth behind entirely?. *The Economist*, 10 set. 2016. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2016/09/10/art-of-the-lie?>>. Acesso em 24 mar. 2023.

VERGNANO-JUNGER, Cristina. Crise na leitura e formação de leitores: uma questão de política linguística? Disponível em: <<https://www.e-publicações.uerj.br/index.php/matraga/article/view/23131>>. Último acesso em: 24 mar 2023.

2.3. Clarice Lispector nas linguagens teatral, televisiva e cinematográfica

Jorge Eduardo Magalhães de Mendonça³

Resumo: Este artigo tem o objetivo de promover um breve estudo sobre as adaptações da obra de Clarice Lispector para o teatro, cinema e televisão, levantando uma discussão referente às diversas linguagens artísticas citadas e suas conseqüentes diferenças tanto em seus respectivos contextos quanto na estrutura dos textos originais, e suas versões para outros meios, analisando sob o ponto em comum dos originais e das adaptações da obra clariceana: a essência e o questionamento do ser das personagens.

Palavras-chave: Clarice Lispector; Adaptação; Dramaturgia; Cinema; Televisão.

Abstract: This article aims to make a brief study on the adaptations of Clarice Lispector's work for the theater, cinema and television, raising a controversial discussion of the various artistic languages cited and their consequent differences both in their respective contexts and in the structure of the original texts and their versions for other media analyzing under common points of the original and adaptations of Clarice's work, the essence and the questioning of the being of the characters.

Keywords: Clarice Lispector; Adaptation; Dramaturgy; Movie; Television.

Após o fim da Segunda Guerra, em 1945, o fim da ditadura de Getúlio Vargas e o início do processo de redemocratização do país, o Brasil e o mundo começam a sofrer modificações. Nesse processo histórico, há a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a elaboração da Declaração dos Direitos Humanos, a legalização de partidos políticos, no Brasil, ou seja: esse país e o mundo começam a adquirir novos conceitos e padrões.

Dentro desse contexto, conseqüentemente, a literatura brasileira também passa por alterações, principalmente na prosa, que busca uma temática mais intimista, de sondagem psicológica. Ao lado de nomes como João Guimarães Rosa, que conseguiu unir o regional ao universal, abordando profundamente o psíquico das personagens, destacou nessa geração Clarice Lispector, que junto de seus contemporâneos, promove uma abordagem

³ Pós-doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Membro da Academia Luso-Brasileira de Letras, Cadeira 03, Patronímica de Antônio Correia de Oliveira; Pen Clube do Brasil e Instituto Internacional Cultura em Movimento. Professor das Faculdades Integradas Campo-Grandenses.

acerca da problemática existente no indivíduo em relação a sua existência e ao contexto social em que viveram.

Sua obra é o principal expoente da prosa intimista na Literatura Brasileira e a temática principal é o conhecimento do ser humano e seus questionamentos, o estar no mundo, o que resulta em uma narrativa de aspecto introspectivo.

Segundo Alfredo Bosi:

Há, na gênese de seus contos e romances, tal exacerbação do momento interior que, a certa altura do seu itinerário, a própria subjetividade entra em crise. O espírito, perdido no labirinto da memória e da autoanálise, reclama um novo equilíbrio. Que se fará pela recuperação do objeto. Não mais na esfera convencional de algo-que-existe-para-o-eu (nível psicológico), mas na esfera da sua própria e irreduzível realidade (BOSI, 1994, p. 424).

Tanto nos romances quanto nos contos de Clarice Lispector, percebemos um paradoxo entre o eu e o não-eu, a preocupação com as palavras, valorizando o máximo as suas significações, tanto no sentido explícito, quanto nas entrelinhas, naquilo que está por trás das palavras, do que se deixa entender, utilizando-se de paradoxos, sinestésias e aliterações.

A escritora ucraniana, naturalizada brasileira, além dessa prosa introspectiva, destaca-se ao abordar o universo feminino, em uma época na qual predominava uma sociedade machista. Em sua obra, Clarice procura abordar os dilemas e os conflitos do próprio indivíduo em sua consciência e até mesmo em sua inconsciência, na busca de suas próprias respostas.

Seu primeiro romance, *Perto do coração selvagem*, foi publicado em 1943 e também marcado pela característica introspectiva da escritora, tendo sido premiado pela Fundação Graça Aranha no ano seguinte como o melhor romance de estreia. No livro, Joana, a narradora-personagem, relata a sua trajetória em dois planos: o da infância e o da fase adulta. Nesta obra, Clarice promove um mergulho profundo no universo feminino. Segundo Nilson Fernandes Dinis:

Sua singularidade surpreende a crítica literária da época por aparecer nos anos 40, em um período dominado por escritores homens e pela prosa regionalista. Em estilo intimista, a primeira parte do romance apresenta cenas da infância da personagem Joana, alternadas com cenas

de sua vida adulta. Apresenta também a produção de uma nova subjetividade: uma infância vivendo intensa experimentação do corpo no contato com o outro testando suas possibilidades e limites (DINIS, 2003, p. 30).

Clarice, nessa sua primeira obra, mostra que chegou para se firmar. Consegue vencer as barreiras, principalmente na temática do existencialismo feminino, desafiando toda uma sociedade machista, cuja literatura era produzida, na maioria, por homens. Desde a sua estreia na literatura, a autora deixou clara a sua intenção de investigar e dissecar a consciência humana, desvendando a própria existência, tendo como característica principal em sua prosa um aprofundamento nas efervescências do ser, com suas introspecções, seus diversos dilemas e inquietações.

Durante quase oito décadas, desde a sua publicação, alguns diretores enfrentaram o desafio de levar aos palcos uma adaptação teatral de *Perto do coração selvagem*, dentre as mais recentes a de 2012, sob a direção de Luís Artur Nunes e em 2017, dirigido e adaptado por Delson Antunes. Pode-se afirmar que adaptar a autora é uma empresa muito difícil; sendo assim, receberam muitas críticas, conforme podemos observar nesta, de Rodrigo Monteiro:

Trazê-lo para o palco, e encenado com narradores falando em terceira pessoa, a rapsódia marcante das peças dirigidas por Nunes, é um ponto positivo relevante da peça. A questão negativa, entre outras, é que a fala monocorde e o rosto sem expressão com os quais Thuran dá vida para Joana faz com que a personagem mais pareça Macabéia (de “A Hora da Estrela”) do que propriamente Joana. Nela, o ritmo do espetáculo cai, permanecendo sem curvas e, a partir daí, sem força que empurre a dramaturgia para o fim. Como um todo, a peça funciona porque a salvam a direção ágil de Nunes e outros bons trabalhos do elenco (MONTEIRO, 2012).

A crítica de Monteiro é referente à montagem de Nunes em 2012, deixando-nos uma reflexão acerca de todas as dificuldades e percalços existentes para uma boa montagem não só de *Perto do coração selvagem*, mas de toda a obra clariceana, que requer uma concepção muito bem elaborada.

Em 2017, estreou no *Teatro Café Pequeno*, no Rio de Janeiro outra versão do primeiro romance de Clarice, sob a direção de Delson Antunes. Observemos esta

afirmação do diretor do espetáculo em uma entrevista concedida ao portal Cabine Cultural, da jornalista Úrsula Neves:

A Clarice consegue ressaltar a eterna contradição humana como ninguém. Acho que essa característica dela é universal e faz com que nós nos identifiquemos com seus textos, com as suas palavras. Ela nos faz pensar, nos faz crescer como ser humano, tocando em temas como o feminino, os anseios, os sonhos, as decepções, as necessidades das relações e a solidão humana a partir do prisma feminino (NEVES, 2017).

Delson Antunes, durante o período de concepção e montagem, desenvolveu diversos estudos e pesquisas para melhor conseguir compreender o universo das obras de Clarice Lispector, tão repleto de intimismo, singulares conflitos, na busca do autoconhecimento e subjetividade.

Em relação à adaptação da obra de Clarice Lispector, desta vez para o cinema e do romance *A hora da estrela*, publicado em 1977, ano da morte da escritora, com um narrador onisciente, narra a trajetória da nordestina Macabéa, que migra para o Rio de Janeiro e trabalha como datilógrafa. *A hora da estrela* trilha um outro percurso literário, apresentando um novo ângulo: o drama da mulher nordestina, simplória, que é espremida pelo centro urbano. Ao mesmo tempo em que temos uma reflexão do psicológico, a obra também apresenta um caráter social.

Em 1985, a diretora Suzana Amaral levou às telas a versão cinematográfica de *A hora da estrela*, que teve uma recepção muito favorável da crítica, conquistando vários prêmios, dentre os quais, o Urso de Prata para Marcélia Cartaxo, que vive Macabéa, e para a diretora, no Prêmio da Crítica, também no Festival de Berlim.

É importante ressaltarmos que o rosto da atriz Marcélia Cartaxo, que viveu a protagonista da versão cinematográfica de *A hora da estrela*, ainda é associada à personagem Macabéa, principalmente aqueles que assistiram ao filme antes de ler o romance e, em suas leituras, são influenciados, imaginando a atriz como a protagonista do romance.

Embora bem fiel à sua temática, em relação ao romance homônimo, o filme de Suzana Amaral sofre algumas modificações, como por exemplo, o fato de ser ambientado em São Paulo, enquanto o romance se desenvolve no Rio de Janeiro, o que não afeta o

valor da versão cinematográfica, tendo em vista que a temática acerca do interiorano e suas impressões e experiências em um centro urbano é universal.

A obra de Clarice Lispector se expande através de outras manifestações e linguagens artísticas, principalmente em relação ao cinema e à TV. Além dos romances, a prosa de Clarice é marcada também por contos e crônicas, narrativas curtas, muitas dessas, convenientemente e primorosamente adaptadas sob a linguagem de curtas-metragens. Como é o caso do conto “Felicidade clandestina”, conto-título de um grupo de pequenas narrativas de Clarice, de 1998, dirigido por Marcelo Gomes, no qual aborda com sensibilidade a descoberta do mundo de uma escritora-criança, sob um olhar investigativo.

Outro conto que ganhou uma versão nas telas sob o mesmo formato foi “Ruído de passos”, de 1995, dirigido por Denise Gonçalves, baseado no conto homônimo que compõe o livro *A via crucis do corpo*. No filme, a diretora aborda com primoroso valor estético a breve narrativa clariceana, na qual uma senhora de oitenta e um anos entra em conflito por ainda sentir desejos; Denise Gonçalves filma a nudez dessa idosa com uma valorosa plasticidade.

Segundo Fabiano Tadeu Grazioli, Alexandre Leidens, Rodrigo da Costa Araújo e Rosemar Eurico Coenga:

Dos quatro segmentos que caracterizam a personagem, o primeiro e o último são os que têm mais importância na caracterização de Dona Cândida: a idade – oitenta e um anos – e o desejo sexual ainda vigoroso. É por meio desses pontos que a autora vai tecer a narrativa, pois é a preocupação da personagem com seu intenso desejo sexual que faz com que a história se desenvolva. No conto aparecem também o ginecologista, única personagem com quem Cândida dialoga, e a filha, que busca a mãe, de carro, no interior. Ambos não são nomeados, índice que também remete a sua atuação periférica. No filme, a importância e a centralidade de Cândida são conservadas. No entanto, o número de personagens secundários é aumentado, somando-se a filha e o médico ginecologista à obra. O segundo sistema conta com a figuração do esposo da filha, portanto, genro de Dona Cândida; a empregada da casa de campo e um casal de namorados. É importante salientar que essas personagens estão, de certo modo, previstas no conto, e o segundo sistema dá conta de articulá-las e promover sua configuração no curta-metragem (GRAZIOLI, LEIDENS, ARAÚJO, COENGA, 2017, p. 148).

Apesar da mesma temática e da fidelidade do filme, temos linguagens diferentes e, tendo em vista que se trata de um conto curto, foi preciso que, no roteiro, as personagens secundárias fossem enfatizadas com mais falas e ações para dar maior ação e consistência em sua adaptação.

Outro conto de Clarice Lispector que aborda o universo da mulher idosa é “Feliz aniversário”, do livro *Laços de família*, que teve duas adaptações televisivas; a primeira em 1977, e a segunda em 1994, esta com o fato interessante: Dercy Gonçalves viver D. Anita, a protagonista da história, sendo a primeira e última personagem dramática de sua carreira. As adaptações foram exibidas nos programas *Caso Especial* e *Terça Nobre*, respectivamente.

Logo no início, a versão dos anos de 1990, dirigida por Roberto Talma e adaptada por Geraldo Carneiro e Naum Alves de Souza, temos uma voz em *off* que pronuncia, de forma adaptada, uma frase de James Joyce, do livro *Perto do Coração selvagem*: “Ela estava só. Estava abandonada, feliz, perto do selvagem coração da vida”, deixando evidente a intertextualidade da versão televisiva, com a obra de Joyce e outras obras clariceanas.

Assim como no curta *Ruídos de passos*, o especial televisivo *Feliz aniversário* precisou dar mais ação e ênfase às demais personagens, pois no conto homônimo, praticamente toda a ação se desenvolve em torno das reflexões de D. Anita, uma anciã que analisa a mediocridade de seus familiares no dia da festa de seus oitenta e nove anos, que o narrador onisciente descreve. Tanto no conto quanto nas duas adaptações, o clímax ocorre quando D. Anita, depois de refletir bastante sobre sua família, fala o que pensa após pedir vinho, como podemos observar neste trecho:

- Me dá um copo de vinho! Disse.

O silêncio se fez de súbito, cada um com o copo imobilizado na mão

- Vovozinha, não vai lhe fazer mal? Insinuou cautelosamente a neta roliça e baixinha.

- Que vovozinha que nada! Explodiu amarga a aniversariante. – Que o diabo vos carregue, corja de maricas, cornos e vagabundas! Me dá um copo de vinho, Dorothy! – ordenou (LISPECTOR, 1998, p. 61-62).

Nas adaptações televisivas, após essa ação, a protagonista despeja verbalmente aquilo que no conto fica só em seus pensamentos e reflexões, “O tronco fora bom. Mas

dera aqueles azedos e infelizes frutos, sem capacidade sequer para uma boa alegria. Como pudera dar à luz àqueles seres risonhos, fracos, sem austeridade?” (id., p. 60.) Na TV, as alfinetadas, os desabafos e as frustrações por parte dos familiares é mais explícita para enfatizar a fala de D. Anita.

Temos, na versão de 1994, maior dramaticidade na cena em que a aniversariante bebe vinho e finge desmaiar. Os familiares começam a discutir o destino da casa em Ipanema, sem se importar com a presença da anciã, aparentemente desfalecida. No meio da discussão, D. Anita desperta e fala o que pensa sobre seus parentes.

As duas adaptações de *Feliz aniversário* para a TV flutuam entre a dramaticidade, enfatizando a solidão humana, principalmente na terceira idade, e o humor, com pitadas de sarcasmo, principalmente na interpretação de Dercy Gonçalves, que oscilam entre a tristeza e a ironia.

Por abordar contextos muito profundos, as adaptações da obra de Clarice Lispector, para outras linguagens artísticas, requerem, além da sensibilidade por parte de elenco, roteiristas e diretores, um estudo profundo com sérias reflexões em relação ao universo clariceano, para, assim como os leitores, os espectadores poderem identificar a questão intimista e do estar do mundo, presentes no contexto, não deixando que a essência original da prosa se perca.

É importante lembrar que a literatura universal é aquela que se torna atual em qualquer época e em qualquer lugar do mundo; sendo assim, a obra de Clarice Lispector será sempre lida por várias gerações e adaptadas para diversas outras linguagens, cuja temática do questionamento do ser será sempre um estímulo para ser levada às telas ou aos palcos.

Referências bibliográficas

- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CLANDESTINA Felicidade. Direção de Marcelo Gomes. Intérpretes: Luci Alcântara, Luisa Phebo e Nathalia Coríntia. 1998, 15 minutos, P & B, 35mm.
- DINIS, Nilson Fernandes. “Perto do coração selvagem: resistência à disciplinarização do feminino e da infância”. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre: UFRGS. Jul./Dez., 2003.

FELIZ Aniversário. Adaptação de Antônio Carlos Fontoura. Direção de Paulo José. Intérpretes: Iracema de Alencar, Eloísa Mafalda e Nélia Paula. Rede Globo, 1977, 45 minutos, Cor.

FELIZ Aniversário. Adaptação de Geraldo Carneiro e Naum Alves de Souza. Direção: Roberto Talma. Intérpretes: Dercy Gonçalves, Glória Meneses, Hugo Carvana. Rede Globo, 1994, 45min, Cor.

GRAZIOLI, Fabiano Tadeu. LEIDENS, Alexandre. ARAUJO, Rodrigo da Costa. COENGA, Rosemar Eurico. “Clarice Lispector: literatura e cinema”. In: **Travessias Interativas / São Cristóvão (SE)**, N. 14 (Vol. 7), p. 143–158, jul-dez/2017.

A HORA da Estrela. Direção de Suzana Amaral. Intérpretes: Marcélia Cartaxo, José Dumont, Tamara Taxman. 1982, 1h 36min, Cor, 35mm.

KOTHE, Flávio. **Literatura e sistemas intersemióticos**. São Paulo: Cortez, 1981.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. **Perto do coração selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. **A Via Crúcis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MONTEIRO, Rodrigo. <http://www.criticateatralbr.com/2012/11/perto-do-coracao-selvagem-rj.html>, 2012.

NEVES, Úrsula. <http://cabinecultural.com/2017/04/19/perto-do-coracao-selvagem-de-clarice-lispector-estreia-no-teatro-municipal-café-pequeno/>, 2017.

PELEGRINI, Tânia. **Literatura, cinema e televisão**. São Paulo: Senac/SP; Instituto Itaú Cultural, 2003.

RUÍDO de Passos. Direção de Denise Gonçalves. Intérpretes: Renée Gumiel, Sylvia Laila. Música de Fernanda Porto. 1995, 11 minutos, cor, 35 mm.

SARAIVA, Juracy Assmann. **Narrativas verbais e visuais: leituras refletidas**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

2.4. O ato de ler e sua importância nas relações humanas

Marivania Tomaz da Silva⁴

Resumo: Este trabalho busca expor a necessidade da leitura no desenvolvimento social de uma pessoa, percebendo que é através da leitura que podemos formar cidadãos críticos, que possuem condições indispensáveis para viver em sociedade, na medida em que torna a pessoa capaz de entender o significado de várias formas de viver de forma coerente em sociedade. O presente trabalho trata da formação de leitores alvo de muita discussão. A leitura representa a sensibilidade histórica, e o caminhar de cada indivíduo. Ao ler nos relacionamos com um lugar ou vários lugares. Entendemos que o incentivo à leitura é relevante, pois, a partir disso, que desenvolve sentimentos como que antes não conhecia.

Palavras-chave: Leitura; Importância; Relações Humanas.

Abstract: This work seeks to expose the need for reading in the social development of a person, realizing that it is through reading that we can form critical citizens, who have indispensable conditions to live in society, insofar as it makes the person able to understand the meaning of various ways of living coherently in society. The present work deals with the formation of readers who are the target of much discussion. The reading represents the historical sensitivity, and the path of each individual. When reading we relate to a place or several places. We understand that the incentive to read is relevant, because, from that, it develops feelings like you didn't know before.

Keywords: Lecture; Importance; Humane Relations.

Introdução

Ler é uma necessidade humana que vai além da construção dos pensamentos das ideias, de um mundo de cores, imagens, letras e sons. A verbalização da fala acontece antes do ingresso à escola, e que lá a criança reforça a maneira mais adequada do falar, suas diversas formas e suas respectivas variações linguísticas (KOCH, 2009, p. 34).

Desse modo, podemos dizer, que a escrita, não começa, quando uma criança tenta escrever o seu nome, e sim, na prática de atividades espontâneas, desenvolvendo movimentos, com pintura a dedos, recortes e colagem, desenvolvendo e exercitando a sua coordenação motora.

⁴ Graduada em letras pelas Faculdades Integradas Simonsen e em Pedagogia pela UNIFACVEST; Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade de Educação São Luís.

Os desenhos livres, pinturas, sua coordenação motora. Os desenhos livres, pinturas, e tudo aquilo que aproxima a criança da oralidade, serão facilitadores para que esta criança se torne futuramente um leitor, com prazer pela leitura. A visão de mundo é a primeira leitura do indivíduo. Percebemos que estas atividades, favorecem a aprendizagem. Com base, nas diversas deficiências, orais e escritas apresentadas pelos educandos nas séries iniciais. Observadas no ambiente escolar. (ABREU, 2009, p. 56).

Surgiu então o interesse pela realização dessa pesquisa, qual será de cunho bibliográfico nos quais, buscaremos suporte teórico em alguns autores; Boas (1999), Vygotsky (1993), Di Pierre (2003) entre outros. Porém, o trabalho não se restringe só a um grupo de aluno, mas as faixas etárias variadas, associado ao sistema ortográfico trazido, pelas dificuldades ligadas a oralidade. Por isso, surge o desafio e as “dores de cabeça”, dos professores, com as variações de letras e sons, na hora de alfabetizar.

A leitura é muito mais que a apropriação de palavras, que sejam úteis no dia a dia humano, e nas informações que circulam expressas nos textos, corrobora para a vida social do leitor, para que se torne possível a compreensão das relações variantes dentro da língua oral e escrita (FREIRE, 1998, p. 78).

A escola tem um papel ativador, da oralidade da adequação para desenvolvimento comunicativo, assim como a de reproduzi-la expressivamente, de forma eficaz ao entendimento do receptor nos diferentes enredos no uso da língua.

Exista a visão de que a educação não era O problema de ensino da leitura na escola não se situa no nível do método, mas na própria conceitualização do que é leitura; da forma como é avaliada pelas equipes de professores; do papel que ocupa no projeto da escola; dos meios que se arbitram para favorecê-la e, naturalmente, das propostas metodológicas que se adotam para ensiná-la (SOLÉ, 1998 p 33).

Incentivar a fazer uma boa leitura é descobrir o mundo que está preso no seu eulirico, invadindo uma folha de papel trabalha a expressão criativa e atualização social ,linguagens,conhecimentos sentimentos,desencadiando a prática da leitura.

1. O que é a leitura?

Em geral o conceito de leitura está ligado a escrita. exercício de ler não está ligado somente à qualificação distintos Além do fato de interpretar e compreender o que se ler. De acordo com Kleiman (2008) a leitura precisa dar ao leitor o entendimento, e que ele seja capaz de compreender os sentidos do texto, e precisam entender não podem transformar aquele texto em uma mera decifração de signos linguísticos deixando de lado a compreensão semântica.

Só é considerado leitor quando é capaz de compreender porque está lendo. Ler é entender antes de tudo, ou seja não basta somente decodificar os sinais nos signos é importante modificar e ser transformado.

O autor Paulo Freire (1991) comenta que a leitura com todo mundo está ligada à leitura de palavras estas implica é dar continuidade uma nova leitura. nós associamos a leitura como a forma de entender o mundo das palavras. ou seja, a leitura é uma das formas de nos conhecermos todas as coisas. a maneira que contribui para entender o significado das coisas.

2. A Importância da alfabetização

A forma tradicional como muitos professores ainda estão administrando seus conteúdos, se estão alcançando seu objetivo maior que é educar e formar cidadãos críticos, autônomos e construtores do seu conhecimento ou se seus alunos estão se tornando apenas receptores do conhecimento do professor, como diz Paulo Freire (1991), alguns professores administram a educação bancária, ou seja, apenas deposita todo o seu conhecimento na mente do aluno, aluno este que apenas recebe este conhecimento depositado pelo professor. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1991).

É importante notar que isso não acontece em todas as escolas, em muitas escolas existem professores competentes e interessados na formação de seus alunos, utilizando para isso diversas formas de apresentar o conteúdo e incentivar a aprendizagem, nestes casos eles se utilizam os mais diversos recursos que estão hoje disponíveis como, por exemplo, os trabalhos com projetos, que será analisado neste trabalho como sendo uma estratégia.

O professor deve criar condições para motivar e desenvolver a sua criatividade sua atenção, seu raciocínio. É essencial o uso de material concreto, a criança precisa pegar

nas coisas, deixá-las, ela dificilmente se atém as atividades exclusivamente orais, pois outros estímulos são mais fortes para ela do que as palavras (OLIVEIRA, 1998).

O trabalho por projetos permite que a criança desenvolva o pensamento criativo, a capacidade de observação, estimula a iniciativa, a autoconfiança, o senso de responsabilidade, e o trabalho em grupos e dá oportunidades às crianças de comprovarem suas ideias por meio de aplicação das mesmas.

O professor pode e deve trabalhar de forma interdisciplinar e transdisciplinar a partir de um tema de interesse da turma, dessa forma há interesse de criança e conseqüentemente uma maior aprendizagem (RICHARDSON, 2011).

No mundo atual as mudanças são constantes, o que hoje é novidade, já não é amanhã. A escola precisa adaptar-se a essas mudanças oferecendo aos alunos um ensino de qualidade dinâmico e eficaz.

Alguns alunos de hoje possuem em casa as mais novas tecnologias e não conseguem sentar-se em uma sala de aula ouvindo o professor apenas falando, escrevendo no quadro, mandando abrir o livro (ou apostila) na página tal sem deixá-lo abrir a boca, de perguntar, de questionar o resultado disso, são alunos cada vez mais desmotivados, indisciplinados e uma total apatia na escola e esta que deveria ser a responsável pelo desenvolvimento do aluno, ajudando-o a construir o seu conhecimento é a grande responsável pelo seu desinteresse e desânimo.

Encontra-se esse problema em todos os níveis da aprendizagem, porque a criança é por natureza ativa, curiosa, falante, e só consegue ficar quieta por espaço de tempo muito curto, e embora possuam muita energia se cansam com facilidade. No caso da Educação Infantil a criança não se atém durante muito tempo com determinado estímulo e não consegue estabelecer relações entre os vários estímulos (SANTOS, 1997).

Diante de diversos brinquedos, por exemplo, escolhe um, explora-o por alguns instantes, e logo o põe de lado para pegar outro. Como a criança interpreta o mundo a partir do que vê e ouve sua experiência deve ser enriquecida com múltiplas atividades. É entendido que a educação é a forma de desenvolvimento social e um processo de direito humano. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a educação Infantil preenche um espaço social, cultural e institucional, que tem a responsabilidade pedagógica do conhecimento e também da cultura. Desse modo, estamos fazendo nossas atividades em local pacífico porque, une a todos.

Os alunos da Educação Infantil precisam estar presentes nesta ação, dessa maneira o sentido de desenvolver uma sociedade que reconheça e respeite as diferenças. Para que isso ocorra o profissional de educação precisa interagir. Percebendo que a construção e a desconstrução dependem de sua colaboração, fazendo parte da formação do aluno e também da escola, encontrando novos caminhos para que os alunos tenham autonomia para a construção, compreensão, da necessidade de fazer ações capazes de promover respeito e valorização dos alunos (SANTOS, 1997).

A escola vem se preparando para enfrentar os desafios que o mundo externo e está proporcionando no meio familiar e essa situação acaba proporcionada vários conflitos, enfrentados pelos pais e pelos filhos.

Em vista disso é que destacamos a necessidade de uma parceria entre família e escola, visto que, apesar de cada um apresentar valores e objetivos próprios no que se refere à educação de uma criança, necessita uma da outra e quanto maior for à diferença maior será a necessidade de relaciona-se.

A nossa abordagem metodológica será baseada em pesquisa bibliográfica e documental, que pode ser colocada no campo da Pedagogia. Ressaltando que este trabalho tem por parâmetro a obra de diferentes autores que colocam de forma bem didática a importância da família junto à escola. Contribuindo para que de forma bem clara as figuras e fatos relevantes desse episódio histórico de transformação e da influência da família na escola. (VYGOTSKY, 1996).

Depois da seleção de livros e artigos inicia-se a leitura que faz menção a evolução e a revolução na educação o avanço da tecnologia nos lança desafios, pois, devemos compreendê-la rapidamente e acompanhar sua constante atualização o que estava em volta desse projeto como, por exemplo, da influência da família na escola.

Presentes na sociedade contemporânea estão os diferentes tipos de recursos tecnológicos, de diversos tipos. Os avanços deram início a partir dos tempos, em uma grande velocidade, temos acesso a várias informações e das diferentes fontes, e que muitas vezes achamos que estamos desenformados porque não acompanhamos todas essas grandes concentração de informação por conta de seu ritmo tão acelerado (PIAGET, 1976, p. 24).

O interesse e participação familiar são fundamentais. A escola necessita saber que é uma instituição que completa a família, e que ambos precisam ser uns lugares agradáveis e afetivos para os alunos/filhos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno (TIBA, 1996, p.140).

A importância do bom relacionamento entre família e escola para um melhor desempenho escolar dos alunos, que por meio do Projeto Relação Família e Escola e o Desempenho Escolar, vêm sendo desenvolvidos nas escolas, percebendo os muitos fatores que estão ligados ao desenvolvimento escolar dos alunos no início do ensino fundamental, entre os fatores está o papel da família nesse processo, entendido que, entender que é função da escola inúmeras formas, dentre as quais, o papel de desenvolver a educação familiar do aluno (VYGOTSKY, 1996, P. 34)

Se a família não forem as reuniões pedagógicas e o não dando importância aos convites para entrega de boletins criam algumas das questões que motive uma realização desse projeto.

Para o desenvolvimento do tema foi preciso fazer uma pesquisa bibliográfica em que teve fundamento teórico referente a alguns conceitos, como: família, escola, aprendizagem e desenvolvimento do aluno em sociedade. Para desenvolver parte prática do projeto utilizaram-se conceitos diversificados para os pais, alunos e professores.

A importância da interação da família com a escola para um bom desenvolvimento do aluno, entendendo que é de suma importância que ambas reconheçam suas realidades e os seus limites e procure novos caminhos a seguir que permita e facilitar o entrosamento de todas para o pleno desenvolvimento do aluno (PIAGET, 1976, p. 34).

Com essa ideia, se faz necessário pensar em algumas questões relacionadas à escola e a família, como por exemplo, suas estruturas e suas maneiras de relacionamentos, ou seja, a relação entre as escolas e as famílias têm sido apresentada como algo de muita importância no processo de educação dos alunos.

Para perceber a importância de uma boa relação entre a família e a escola é importante pensar em algumas características voltadas a esse tema como a necessidade da presença dos responsáveis nas escolas.

3. A temática da leitura

O método de pesquisa terá como bases escritas tendo como fontes de estudos dados e textos: Paulo Freire com “A importância de ler em três artigos”, 2011 tratando da temática da leitura, e sua importância, explicando a compreensão crítica da alfabetização. Segundo o autor “A educação vivenciada como prática concreta e de libertação e de construção da história (ABREU, 2009, p. 87).

A forma tradicional como muitos professores ainda estão administrando seus conteúdos, se estão alcançando seu objetivo maior que é educar e formar cidadãos críticos, autônomos e construtores do seu conhecimento ou se seus alunos estão se tornando apenas receptores do conhecimento do professor, como diz Paulo Freire alguns professores administram a educação bancária, ou seja, apenas deposita todo o seu conhecimento na mente do aluno, aluno este que apenas recebe este conhecimento depositado pelo professor. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1991, p. 89).

É importante notar que isso não acontece em todas as escolas, em muitas escolas existem professores competentes e interessados na formação de seus alunos, utilizando para isso diversas formas de apresentar o conteúdo e incentivar a aprendizagem, nestes casos eles se utilizam os mais diversos recursos que estão hoje disponíveis como, por exemplo, os trabalhos com projetos, que será analisado neste trabalho como sendo uma estratégia.

Nesse sentido Freire (1987) afirma que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica da leitura daquele”. Segundo o autor, ninguém educa ninguém como tampouco ninguém se educa a si mesmo: Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.

Terceira fonte trata de que modo o leitor faz a leitura, como agir mediante as várias informações que circulam expressas pelos meios de comunicações. Para Cool “estratégias de leitura pode ser definida como um procedimento conjunto de ações ordenadas e finalizadas, isto, dirigidas a consecução de uma meta”. (1987, p.98).

A quarta fonte exemplifica com detalhes porque ao ler uma informação guardamos ou não detalhes do que foi lido, buscando significados. (Parâmetros Curriculares Nacionais 2. Ed. P. 2000).

4. Leitores e a mediação dos professores

A formação de leitores nas series iniciais é algo de muita discussão. Entendemos que o incentivo à leitura na infância é algo muito relevante, pois a partir disso, a criança desenvolve sentimento como carinho, raiva, saudades entre outros que antes não conhecia.

Muitas vezes há queixa dos professores das series iniciais dizendo que os alunos não gostam de lê e que muito quando fazem apresentam muita dificuldade em entender e também não conseguem interpretar e assim apresentam dificuldade na escrita.

A grande questão é como fazer com que os alunos se dediquem a leitura e tem uma escrita adequada? Para isso é importante incentivar a leitura a partir de histórias contadas no seio familiar quando a criança é bem pequena e não frequenta a escola e, logo quando elas chegam à fase escolar começar a ler e tiver novos entendimentos sobre o lúdico. É importante que o professor tenha a sabedoria de apresentar textos interessantes os quais prendam a atenção do aluno (CALHÁU, 2007).

A formação dos leitores nas séries iniciais é responsabilidades de todos que cercam esse aluno, como a família e a escola. É notável que a modernidade faça com que grande parte dos pais não conte histórias para os seus filhos, essa prática passa a ser deixada de lado e em seu lugar entra outra tarefa. Mas é preciso resgatar na cria e também no adulto a importância da leitura, em seus vários processos, seja pelo valor pedagógico que ela proporciona.

A experiência de estar junto, de ler com a criança mostram-se fundamental, pois o ser humano se constitui no espelhamento com o outro. São aprendizagens que se constroem em relação, e são da maior importância para a constituição do ser criança e do sujeito do conhecimento (VYGOTSKY, 1973).

Neste sentido, o trabalho pedagógico precisa favorecer a experiência com o conhecimento científico e com a cultura, aqui entendido na sua dimensão de produção nas relações sociais cotidianas e como produção historicamente acumulada e presente na literatura e nas diferentes expressões da arte. Como prática social, a educação deve incluir o cotidiano científico, arte e a vida, em suas diferentes manifestações.

A mediação do professor no processo de alfabetização de criança e seus princípios no trabalho por uma alfabetização para a inclusão. É importante mostrar a cada indivíduo que importante explorar alguns pensamentos acerca do processo de aprendizagem; Estudar a relevância da intervenção do professor no processo de alfabetização (CALHÁU, 2007).

Então, foram abordadas questões e problemáticas acerca das diferentes concepções de sujeito e como elas estão sendo desconstruídas e reconstruídas em algumas perspectivas. Destacar-se-á, ainda, como Hall aborda essa temática, de acordo com o que se vê em paradigmas pós-modernos.

Verificamos o aparecimento de diversos subtemas, dentre eles temos algumas concepções de alfabetização, um pouco sobre o perfil desses alunos que passam por esse processo, reflexões e análises sobre essa questão, o papel da mediação do professor, na alfabetização e sua relevância. (VYGOTSKY, 1973).

Dessa maneira, veremos de forma mais minuciosa, que o trabalho aborda três concepções de sujeito distintas, trazendo a visão de diferentes autores, como Hall, Paixão, Lopes, entre outros, em diferentes contextos históricos a cerca desse tema, através de um breve levantamento histórico.

Assim, poderíamos mais adiante perceber o porquê das diversas formas de aprender e ensinar, da questão que cada indivíduo é único e suas características particulares devem ser respeitadas. Vemos em Hall (2006) que as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, trazendo a tona outras identidades, que deixam a identidade do indivíduo moderno fragmentada.

Hall observa essas alterações que vêm ocorrendo no mundo ao discorrer sobre três diferentes concepções de identidade, em diferentes épocas: a do sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. (MORTATTI, 2004).

Lopes e Paixão (2010) tratam dos modos de estar no mundo do que elas chamam de “sujeito contemporâneo”. Sujeito este que independentemente da idade precisa aprender a lidar com as tecnologias que lhe estão sendo dispostas e entender a importância dessa inserção no mundo. Dessa forma, vemos o quanto é necessário que o professor também esteja preparado para receber esse tipo de público que está começando a compreender e se interessar por esse “novo mundo” e, assim, construir esse novo indivíduo da sociedade pós-moderna.

Nesse sentido é que foi evidenciada a grande relevância da instituição escola, nas sociedades letradas e os procedimentos de natureza de liberadora, que nela ocorrem. Este como verá mais adiante, são essenciais na construção dos processos psicológicos dos indivíduos dessas sociedades. Assim, vemos que a intervenção pedagógica, além de aguçar a curiosidade dos alunos e estimulá-los em diversos sentidos, também provoca avanços que não ocorreriam se não houvesse a intervenção do professor.

Com isso, percebemos que além de diversas visões de indivíduos na sociedade, de acordo com autores citados anteriormente, também podemos constatar a que a participação do professor no processo de aprendizagem, se mostrou de grande relevância. (VYGOTSKY, 1984).

As concepções de aprendizagem no entendimento de diferentes autores, com abordagens diferentes. Para Vygotsky, por exemplo, a educação é entendida uma organização de comportamentos adquiridos. Ele entende, não existe forma adequada de descrever a educação, como sendo uma organização de hábitos comportamentais que são adquiridos depois de muito praticá-los.

Para ele, o aprendizado não modifica a capacidade de focar a atenção, pelo contrário, desenvolve outras capacidades de centrar a atenção sobre várias coisas. O autor mostra a importância da mediação para o desenvolvimento, do que ele chama de “processos mentais superiores” - planejar ações, entendendo consequências de uma decisão, imaginar situações etc. Para ele, são esses mecanismos psicológicos que distinguem o homem dos outros animais. E são essenciais na aquisição de conhecimentos (WALLON, H. 1995).

As características da mediação do professor no processo de aprendizagem, juntamente com uma breve descrição do sentido da mediação, que, como visto, baseia-se na criação ou recriação da relação entre os seres, é a atitude e o comportamento do docente que é visto como um facilitador, estimulador ou motivador da aprendizagem e que, ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos. Percebemos que é através da atuação e do acolhimento do professor, que o aluno vai encontrar motivação e base para seu desenvolvimento escolar. (SOARES, 2003).

Ao final do trabalho, analisaremos a relevância do estudo, bem como o que ele acrescentou de importante, tanto ao leitor, no que consiste a práticas de ensino, na visão do autor da pesquisa, quanto aos próprios autores. Percebemos que o olhar zeloso e

atento do profissional da área da educação se faz importante no momento de mediar à relação dos alunos com o “saber científico” passado pela instituição de ensino. Ou seja, cada etapa do ensino, acompanhada pelo professor, se torna um obstáculo com uma perspectiva maior de se tornar simples e proveitoso, no sentido da aprendizagem em si, de uma maneira geral. Para uma abordagem de algumas concepções de indivíduos, fazendo um breve levantamento histórico acerca do tema e assim, seguindo, até os dias de hoje.

Para auxiliar na confecção desse tópico, utilizamos a obra de Hall, “A Identidade Cultural na Pós-modernidade”, que tem como objetivo demonstrar o perfil atual da identidade cultural, que se encontra purificada ou mesmo inconstante dos indivíduos inseridos no atual contexto histórico da pós-modernidade, que por sua vez, também sofre as interferências da globalização.

O autor busca discorrer sobre o que ele chama de “crise de identidade”, que afeta as sociedades contemporâneas. Segundo Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio. Para tal, é preciso que, no mínimo, duas pessoas estejam envolvidas ativamente trocando experiência e ideias. É esse convívio que vai possibilitar a geração de novas vivências e, por conseguinte, de conhecimento (VYGOTSKY, 1973).

A garantia da aprendizagem das crianças é tratada como função central, remetendo não apenas à atuação coletiva, mas também à soma das experiências na resolução da problemática da aprendizagem. Para garantir a aprendizagem é necessário organizar situações de aprendizagem adequada à criança a partir da compreensão de que vive um processo de ampliação de experiências com relação à construção da linguagem, do pensamento crítico e dos objetos de conhecimento, considerando o desenvolvimento, em seus aspectos afetivos, físicos, psíquicos e sociais, cognitivo e linguístico.

A autora Maristela Angotti (2006) apresenta principalmente a problemática da infância e da adolescência referente à educação no sentido do desenvolvimento de sujeitos de direito, de promoção e favorecimento de grupos sociais em sua organização e participação na sociedade assim como os processos de transformação fundamentais para a formação de sociedades democráticas e humanas coerentes.

Maria Lúcia Machado (2002) faz uma análise da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A característica que mais importante nesse sentido, é a dificuldade em

estabelecer toda a argumentação teórica desse Estatuto. Sabemos que é dever do Estado e da sociedade civil a fundamentação desse Estatuto e sabemos também da complicação presente em diversos âmbitos da sociedade brasileira.

Os autores Zilma Oliveira e Roberto Jarry Richarson (2011) que entre os muitos cuidados com as crianças, será destacado aqui o direito da criança a aprender e se desenvolver no meio social, implica o professor, a família e o Estado na construção de situações maneiras eficaz, inclusive para as crianças que estão em creche e nas escolas de educação infantil. Nesse caso desconsidera que a aprendizagem e o ensino de conteúdos, não é objetivo final da educação da criança pequena.

5. Entendimento sobre leitura

Podemos entender, que a nossa pesquisa, busca apresentar a importância da leitura, e a possibilidade de o leitor perceber que é um modificador de sua realidade social, histórica e filosófica. A linguagem oral tem o seu envolvimento na fala. A leitura nos auxilia a entender o mundo exterior, além de ser um instrumento de compreensão do raciocínio e das inquietações que pulam dentro de cada ser pensante (ZILBERMAN, 1995, p.65).

Todo ser humano tem seu próprio tempo para aprender. A aprendizagem acontece articulada ao processo histórico de cada um assim como a fala articulada a experiências anteriores, facilitado pelas relações com o novo; analisada por palavras, imagens e histórias que estão expressas em signos convencionados ao mundo real (ABREU, 2009, p. 98).

Portanto podemos compreender, que a leitura é muito mais que a união de sílabas associadas, ao surgimento das palavras, logo enxergamos como forma de pensamentos, formas de cultura e ações das interações culturais, germinada no processo da aprendizagem e na aquisição de estratégias do uso da fala estruturada a leitura.

6. Conhecimento prévio e estratégico da leitura

Através da leitura, podemos entender que surge o letramento, seria um processo de desenvolvimento que utilizamos através da escrita, que nos traz significados sentidos, relevância, e isso ocorre no nosso dia a dia. Ao professor cabe o papel de orientar de

maneira que facilite a aprendizagem, explorar com materiais que fazem parte da rotina da criança explicando as informações desconhecidas, porém sem deixar de valorizar os conhecimentos prévios a favorecer deduções e descobertas das mesmas. Assim é oferecido a criança a oportunidade de falar, perguntar, ouvir, ler e escrever, identificando em sala de aula o que acontece dentro e fora do ambiente escolar.

Sabemos que atualmente que vivemos em um mundo letrado com vários apelos e situações em que podemos associar o letramento no nosso dia a dia de forma natural através das simples ações.

Se a criança vivência e experimenta intensamente esta fase da leitura e escrita, se tornará um leitor/leitora sem traumas e dificuldades, o melhor de tudo, um adulto que sabe suspeitar de tudo o que lê e julga o que está nas entrelinhas. Saber ler e escrever é um desafio para todos, o ensino de qualquer ciência é desafiador desse modo se vivenciar unidos a cultura do aluno a ser trabalhado dentro da realidade, possibilitar o comportamento do saber com a mediação do professor, quebrando os todos os tipos de barreiras, a participação dos envolvidos no ato de ensino e aprendizagem (ZILBERMAN, 1995, p.65).

Quanto à leitura, são importantes hipóteses a respeito do que vai ler, num processo ativo e reflexivo. Entendemos que esta é uma prática social, portanto, não deve ser dissociado ao nosso cotidiano. Por meio da palavra, trocamos ideias e conhecimentos, sendo possível entender o mundo que nos cerca. Com o domínio da palavra nós nos transformamos e, ao nos transformar, nos é permitido construir um mundo melhor.

Se o aluno ler sem prazer, sem o exercício da crítica, sem a imaginação, se ele lê e não faz disso uma descoberta, ou um ato de conhecimento; se ele só reproduz nos exercícios, a palavra lida do outro, não há nisso nada que lhe possibilite uma intervenção sobre aquilo que historicamente está posto (SUASSUNA, 1995, p. 52).

A leitura é uma habilidade, uma fonte de medidas uma ponte que liga o material a vida que damos ao conhecimento expresso pelo significado próprio ao que foi lido é dado. No mundo em que vivemos, caracterizada pela circulação social de um grande e diversificado volume de informações. O conhecimento dos pequenos, assim cognição e afetividade, fisicamente tomam consciência e domínio do seu corpo.

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir de seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador do sistema de escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma criatividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita (PCN's 1997).

O ato de ler é um instrumento de produção e reprodução do que a sociedade já tem escrito. Isso é um patrimônio cultural pessoal onde os seres humanos são construídos como protagonistas e escritores de sua própria história, popularizando o seu mundo. Basta ler para começar a proporcionar a mudança desejada na sociedade (VYGOTSKY, 1973).

Historicamente a educação das crianças esteve sob a responsabilidade da família, durante muito tempo, pois, o convívio com os adultos e crianças aprendia as normas de sua cultura. Na atualidade, a sociedade no que diz respeito à criança tem oportunidade de participar de um ambiente de socialização, aprendendo e convivendo por meio de diferentes interações.

Para ajudar no desenvolvimento das crianças é importante ser inserido as brincadeiras, os jogos, esse entendimento esteve sempre presente na nossa história do homem, referente à construção de sua cultura.

Com esses costumes, crenças, hábitos, língua, o imaginário não pode ficar de lado, e a cultura não pode ser entendida sem esses elementos. Desde que nasce a criança está constantemente interagindo com as pessoas adultas que o cerca, o que a assegura a sua existência e seu bem está ligado aos adultos, que são mediadores da relação deste pequeno ser com o mundo (BROUGERE, 2010, p. 51).

Geralmente os pais buscam passar tudo o que foi lhe ensinado, como: cultura, valores, conhecimento, que foram se modificando ao longo da história. O autor Brougere (2010, p. 41) comenta que existe uma grande frequência de inserção de cultura, isto é, a forma que a criança usa como meios culturais de viver e passar pela representação das formas e imagens variadas. Essas formas e imagens representam a realidade que envolve o universo imaginário. Cada cultura dispõe de um banco de imagens entendidas como expositivos presentes no espaço cultural de cada criança.

O cuidado é a forma mais abrangente onde as necessidades das crianças precisam ser o eixo norteador do atendimento, porque através da observação que educador poder ter uma visão de qualidade dos cuidados tão importantes a qualidade de vida na infância. É notável que os cuidados com as crianças precisam ser da melhor forma para que assim a saúde seja a melhor forma de desenvolvimento de suas capacidades, mas para que possamos oferecer são necessários termos conhecimento sobre o desenvolvimento e a sua realidade social e cultural.

A pesquisadora escolheu este tema, Educação Infantil: O Cuidado e a Educação enquanto práticas indissociáveis na Educação Infantil, pela empatia pessoal que já existia em mim, por ter vivenciado o privilégio de trabalhar como professora e estagiária na Educação Infantil (ZILBERMAN, 1995, p.65).

Sabendo que a aprendizagem está ligada à ação social esse trabalho se justifica pela necessidade de se investigar as razões pelas quais a família apresenta-se cada dia mais distante da vida escolar de seus filhos, além disso, mostra a importância de uma melhor capacitação dos professores para se obter uma melhor qualidade na educação infantil e mostra como é trabalhada a relação entre o cuidar e o educar e de que maneira isso interfere na qualidade da educação.

A família e a escola, tendo a possibilidade de compartilhar critérios educativos para uma produção mais eficaz na formação e no crescimento do aluno. É fundamental que aconteça essa parceria entre a escola e a família, para que juntos alcancem o objetivo de formar cidadãos, e através dessa parceria, garantir uma troca de informações e de ideias mostrando o quanto é importante estarem juntos (LOPES, 2007, p. 56).

Considerações finais

Ao finalizar este trabalho científico, podemos concluir, que a leitura e a escrita têm um papel essencial ao educando, em todas as faixas etárias. Pois a formação de bons leitores se faz em todos os contextos em que o indivíduo vive, tais como: o social, o filosófico, o histórico e o moral.

No contexto escolar o professor tem um papel relevante, pois o mesmo possibilita e incentiva o educando a ter vários acessos à diversidade de leitura, visto que, a ajuda do profissional de educação incentiva-o ler de uma forma, o ambiente educativo deve contar

com espaços e materiais apropriados para o desenvolvimento das atividades, tais como caminhos a produção de conhecimento, desencadeando a prática da leitura.

Entendemos que o texto é um evento sociocomunicativo, que ganha existência dentro de um processo interacionista. Todo texto é resultado de uma coprodução entre interlocutores: o que distingue o texto escrito do falado é a forma como tal coprodução se realiza.

Cada vez que fazemos uso de textos alheios há uma recontextualização, e, portanto, a produção de um novo sentido. De uma forma ou de outra, no entanto, é inegável que as relações construídas entre textos evidenciam, de modo particular, o conhecimento de leitura, a prática de ler e, de modo a gerar, indissociabilidade das atividades diferenciadas de leitura.

Quando o novo leitor se depara com um ou alguns elementos de determinado modelo de mundo ele imediatamente invoca na memória o modelo todo, avançando assim perspectivas sobre o que vai encontrar no contexto. O ato de ler se torna essencial na vida cotidiana do leitor. (ZILBERMAN, 1995, p.65).

Então, devemos reconhecer que a literatura é um instrumento válido e valioso para o desenvolvimento da democracia. Desenvolve um senso crítico ao que se ler, amplia seu conhecimento, nas relações e na vida social.

A leitura é uma viagem que tira o ser humano da inércia passando para uma posição ativa e transformadora, assim como um indivíduo projeta de maneira crítica e específica a sua posição na sociedade atual.

Referências bibliográficas

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 13ª edição. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- ANGOTTI, Maristela. **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006.
- BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1991.

COLL, César. Contribuições da psicologia para a educação: Teoria Genética e aprendizagem escolar. Trad. Ana Augusta de Medeiros. In: LEITE, Luci B. **Piaget e a Escola de Genebra**. Cortez: São Paulo. 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore Vilaça & Vanda Maria ELIAS. **Ler e escrever. Estratégias de produção textual**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**, 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LÓPEZ, Jaume Sarramoni. **Educação na família e na escola**. São Paulo: Loyola, 2002.

MACHADO, Maria Lúcia. **Educação infantil em tempos da LDB**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2002.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa. **Ensino de língua e literatura**. Rio de Janeiro. Editora Cátedra, 1980.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Docência em formação na educação infantil: fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SMITH, Frank. **Leitura significativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. 4 ed. Tradução de Deise Batista. Alegre: Artmed, 2003.

TEBEROSKY, Ana, Colomer, Teresa. **Aprender a ler e a escrever – uma proposta construtivista**. Porto Alegre Artmed. 2002.

ZIBERMAN, Regina (org). et al. **Leitura em crise na escola: As alternativas do professor**. PortoAlegreRS:MercadoAberto.1982.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas, São Paulo: Ponte, 2000.

II – Arquivos e Dados (Internet):

Reportagem – TV escola às 14:35. H Gêneros Textuais. Disponível em:
<pacto.mec.gov.br/noticias>. Acesso em: 17 de ago. 2016.

3 – TCC EM DESTAQUE

3.1. O Cortiço, de Aluísio Azevedo, sob o viés da História

Giedre Lima Cardoso⁵

Resumo: O presente trabalho aborda a importância da interdisciplinaridade em sala de aula. Relaciona a utilização da história e da literatura para que o aluno tenha uma visão mais abrangente sobre a sociedade carioca, por meio do romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, que sendo como tal sujeito do seu tempo, “fotografou” a cidade do Rio de Janeiro em sua obra. Cabe a este trabalho discutir e compreender o período que abrange a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX o qual foi marcado por diversas mudanças de ordem econômica, social, política, cultural e espacial, enfatizando como os espaços populares conhecidos como “cortiços” fizeram parte da história dos habitantes do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; História e Literatura; Cortiço.

Abstract: This work addresses the importance of interdisciplinary education in the classroom. It relates the use of history and literature to provide students with a broader understanding of Rio de Janeiro society through the novel "O Cortiço" by Aluísio de Azevedo. As a product of his time, Azevedo "photographed" the city of Rio de Janeiro in his work. This paper aims to discuss and comprehend the period that encompasses the second half of the 19th century and the early decades of the 20th century, which was marked by various economic, social, political, cultural, and spatial changes. It emphasizes how the popular spaces known as "cortiços" were part of the history of Rio de Janeiro's inhabitants.

Keywords: Interdisciplinarity; History; Literature; Cortiço.

Introdução

Muitos são os estudos que tentam explicar a estreita relação que há entre a História e a Literatura. Isso porque a literatura faz a sua obra por meio da contextualização do seu presente, através da vivência do autor, enquanto a História enriquece o seu campo de análise através dos textos literários que permitem que o historiador interroge e questione o passado. Entretanto, a relação entre História e Literatura não são vistas de forma unívocas por todos os autores.

⁵ Especialista em História Social e Cultural do Brasil pelas Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FEUC), especialista em História e Cultura Afrodescendente pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), graduada em História e em Letras pelas Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FEUC).

Repensando a maneira de conceber os fatos históricos do *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo pode-se compreender sobre as formas de moradias que permeavam a cidade do Rio de Janeiro. Para compreender a quantidade de habitantes na cidade do Rio de Janeiro, muitas são as proposições: dobro da população do Rio de Janeiro devido à assinatura da lei Áurea e o crescimento da cidade que se deve a grande quantidade de pessoas provenientes da imigração ao longo da segunda metade do século XIX.

Os cortiços foram acompanhando passo a passo as transformações havidas no espaço urbano e na habitação e surgiram se adaptando para atender as pessoas que viviam da industrialização.

O Presente trabalho tem como objeto de estudo o cortiço do Rio de Janeiro no período que compreende a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX. Nesse sentido, busco analisar a obra de Aluísio de Azevedo, naturalista brasileiro, à luz da história e assim contextualizá-lo a outros especialistas do tema.

Com a junção da história e da literatura pode-se despertar no aluno o interesse pela disciplina e assim propiciar uma reflexão ampla fora dos limites reproduzidos na escola que continuam como uma forma ultrapassada de pensar história.

No primeiro capítulo foi realizado um debate sobre a história e a literatura, percebendo-as como campos de conhecimentos distintos, mas estritamente ligadas. Discutiu-se sobre a forma como o historiador usa a literatura, não podendo ser apenas em busca de datas e fatos, pois a mesma trabalha em cima do “não acontecido”, mas sim descobrindo as personagens que antes eram deixadas de lado pela história oficial. Ainda nesse capítulo também se realizou uma descrição sobre o movimento literário naturalista e seu objetivo no Brasil e, através de críticos literários, esclarecendo sobre esse movimento e sobre um dos seus romancistas mais célebres, Aluísio de Azevedo.

No segundo capítulo é feita uma breve contextualização da obra *O Cortiço* com a cidade do Rio de Janeiro. A partir da análise de alguns historiadores, busca-se compreender a lógica espacial da cidade. Discute-se ainda sobre o fato de os cortiços terem se tornado uma prática comum entre os proprietários e arrendatários de imóveis na virada do século e essas formas de morar estavam presentes por toda a cidade, abrigando considerável parcela da população. Nesse capítulo também foi feita uma relação entre o Rio de Janeiro e a obra de Aluísio de Azevedo onde o mesmo serve de espelho para retratar a realidade da cidade.

Já no terceiro e último capítulo, busca-se conhecer sobre a história dos cortiços cariocas e sobre os diversos nomes a ele atribuídos. Compreender sobre a sua formação e seu desenvolvimento na cidade. É discutido também sobre o início da Favelização no Rio de Janeiro, tendo como seu início no “bota-abaixo” do prefeito Pereira Passos onde os desabrigados tiveram como único caminho a subida do morro para habitar.

Os cortiços surgiram através da necessidade de moradias baratas para atender a demanda de trabalhadores que precisavam encontrar-se próximo ao seu local de trabalho, porém foram eliminados do centro da cidade com discursos higienistas e por medo das classes pobres, classes perigosas. Começa então a desenvolver-se uma nova forma de moradia, as favelas, que são frutos da discriminação espacial e do descaso público.

CAPÍTULO 1 – INTERDISCIPLINANDO A HISTÓRIA

1.1 - HISTÓRIA E LITERATURA

A Literatura e a História andam juntas, de tal forma que nem sempre é possível identificar onde uma começa e a outra termina. A primeira faz a sua obra através da contextualização do seu presente, através da vivência do autor e a segunda enriquece o seu campo de análise através dos textos literários que permitem que o historiador interogue e questione o passado. “As duas são meios utilizados para pensar o homem” (ALVES, 2002, p.13). Nicolau Sevcenko afirma que “a literatura descreve sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos” (SEVCENKO, 2003, p.30).

Para trabalhar História e Literatura, entretanto, é necessário cuidado porque estas possuem metodologias diferentes. A « História diz respeito aos acontecimentos que envolvem o homem em sociedade e a ficção literária procura representar os fatos históricos reconstruindo-os pela imaginação criadora do autor » (PIMENTEL, 2017, p.06). Assim, apesar de ambas as narrativas se igualarem na sua forma textual, elas diferem na forma que foram desenvolvidas. Pesavento diz :

literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam. A literatura é, no caso, um discurso

privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas. No enunciado célebre de Aristóteles, em sua “Poética”, ela é o discurso sobre o que poderia ter acontecido, ficando a história como a narrativa dos fatos verídicos. (PESAVENTO, 2006, p. 23).

Nicolau Sevcenko descreve que « enquanto a história procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma perspectiva do vir-a-ser . Ocupa-se o Historiador da realidade enquanto o escritor é atraído pela possibilidade». (SEVCENKO, 2003, p. 30).

As relações entre história e literatura não são vistas de forma unívoca por todos os autores. Temos, por exemplo, Hayden White, que vê como discursos aparentados; para ele “História é um gênero da literatura (SILVA, 2005, p. 182). Já para o Inglês E.H. Carr, a definição de “História não é absoluta, pois para ele a definição da História depende da visão que cada um tem de sua própria sociedade e do tempo vive” (SILVA, 2005, p. 182), para ele, um acontecimento qualquer de um fato histórico é a importância que o pesquisador de História dá ao fato e não a outros. Ou seja, um fato só se torna histórico através da interpretação do historiador. Como Regina Dalcastagnè afirma “muitas descrições costumam envolver uma consequente e imediata interpretação; que nessa interpretação muitas vezes estão embutidos preconceitos de classes, de raça, de gênero” (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 485).

A Literatura não pode ser utilizada se o historiador tiver em busca apenas de datas e fatos acontecidos, pois ela trabalha com o “não acontecido”. Os personagens principais da obra de Aluísio de Azevedo podem não ter existido como João Romão, Bertoleza, Miranda entre outros, mas existiram enquanto possibilidades foram reais na verdade do simbólico. São dotados de realidade porque encarnaram defeitos e virtudes dos seres humanos e através de suas personagens representaram a sociedade daquele período. Pesavento afirma que a literatura é, no caso, « um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas. No enunciado célebre de Aristóteles, em sua “Poética”, ela é o discurso sobre o que poderia ter acontecido, ficando a história como a narrativa dos fatos verídicos » (PESAVENTO, 2006, p.03). O historiador trabalha também com a narrativa sendo que ele não cria personagens nem fatos. No máximo os “descobre” fazendo-os sair da sua invisibilidade.

Por isso, a importância da Literatura, pois permite que se conheça a História vista de baixo. Peter Burke explica que “essa perspectiva amplia os limites da disciplina, abre

novas áreas de pesquisas e, acima de tudo, explora as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada” (BURKE, 1991, p.41).

O historiador trabalha com a intenção de conhecer melhor o passado porém não tem a certeza de ter conseguido avançar na construção do mesmo, pois trabalha em um tempo no qual não estava presente. Desta forma, é impossível alcançar a verdade absoluta e concreta em História. Como Sandra Pesavento esclarece :

Na reconfiguração de um tempo - nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa -, face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto. (PESAVENTO, 2006, p. 04) .

A função do historiador, então, é fazer perguntas às fontes literárias, conforme podemos verificar nesta afirmação de Sandra Pesavento:

Atribuindo ao traço a condição de documento ou fonte, portador de um significado e de um indício de resposta às suas indagações, o historiador transforma a natureza do traço. Transforma o *velho* em *antigo*, ou seja, rastro portador de tempo acumulado e, por extensão de significações. Como fonte, o traço revela, desvela sentidos (PESAVENTO ,2006, p. 05).

A partir dessa perspectiva a literatura passa a ser indispensável como documento para o historiador, pois com a análise e compreensão dos textos literários é possível perceber o contexto histórico em que o texto foi escrito, a visão política e social do autor.

1.2 - O NATURALISMO E O CORTIÇO DE ALUÍSIO DE AZEVEDO.

O Cortiço, de Aluísio de Azevedo, está inserido no movimento literário conhecido como Naturalismo. Tal movimento tem o objetivo de retratar o Brasil no século XIX e explicar o comportamento das personagens com base na influência do meio, da raça e do momento histórico. “É o realismo fortalecido por uma teoria peculiar, de cunho científico, uma visão materialista do homem, da vida e da sociedade” (COUTINHO, 2002, p. 11).

Afrânio Coutinho esclarece que naturalismo comporta conceituações mais ou menos precisas no plano da filosofia, suposição de que não há nada que constitua a realidade além da natureza, e termo de conceituação variável no plano da história e da crítica literária. Já a autora Sandra Pesavento conceitua:

A palavra Naturalismo é formada de natural + ismo, e significa, em filosofia, a doutrina para a qual na realidade nada tem um significado supernatural, e, portanto, as leis científicas, e não as concepções teológicas da natureza, é que possuem explicações válidas; em literatura é a teoria de que a arte deve conformar-se com a natureza, utilizando-se de métodos científicos de observação e experimentação no tratamento dos fatos e das personagens (PESAVENTO, 2006, p. 11).

Esse movimento literário surgiu como uma evolução do pensamento Romancista. Procura a verdade e despreza o sentimentalismo, tem a preocupação com a época contemporânea e realizou a sua obra observando os acontecimentos por eles presenciados.

Nelson Werneck Sodré afirma que “o romantismo foi o meio de expressão própria da ascensão burguesa; naturalismo seria o da sua decadência” (SODRÉ, 1965, p.18). Os escritores naturalistas tinham como objetivo pintar a vida e para esse fim pediam à ciência que explicasse. Estavam em busca do “real” e para isso trocaram o subjetivo pelo objetivo, pelos fatos fielmente observados, e “aumentaram o interesse, sobretudo pela camada mais baixa, e puseram mais ênfase na liberdade de expressão” (COUTINHO, 2002, p.12).

Entretanto, o Naturalismo não pode ser confundido com o Realismo, pois como escreve Pierre Martino: “o Naturalismo prolonga o Realismo para afirmá-lo ou exagerá-lo” (MARTINO, 1923, p.70). Mais do que descrever, esse movimento literário tinha como objetivo uma atitude de “luta aberta, denunciando aquilo que, na sociedade do tempo, reclamava reforma ou destruição” (MARTINO, 1923, p.73).

Segundo Afrânio Coutinho:

O romancista naturalista, não precisava assumir uma atitude de pregador, no seu intuito rebelde: Bastava-lhe a transposição da realidade, na sua crueza, na sua brutalidade e nos seus atos vis, para que daí se inferisse a necessidade da transformação social que era o alvo da revolução. (COUTINHO, 2002, p. 74).

Desta maneira, o escritor denunciava as mazelas da sociedade para que esta fosse a ruínas. E como afirma Sodré: “O Naturalismo é um pouco a sociologia na literatura” (SODRÉ, 1965, p.25). Busca compreender o homem como ele é, um ser que age conforme seus instintos.

Deve-se à influência francesa a penetração de ideias “modernas” do século XIX no Brasil (COUTINHO, 2002, p.14), contudo, o Naturalismo teve sua aceitação no Brasil não somente por essa ação, mas porque estava passando por mudanças em seu território que possibilitaram essa transição. O País estava em um momento de grandes transformações sociais e econômicas. A começar pelo encerramento da Guerra do Paraguai, a Fundação do Clube Republicano, a Lei do Ventre Livre, de 1871; a Questão Religiosa, em 1874; a Libertação dos Sexagenários, em 1885; a Abolição e a Questão Militar, em 1888; A Proclamação República, em 1889. “De uma sociedade agrária, latifundiária, escravocrata, aristocrática, passava-se para uma civilização burguesa e urbana” (COUTINHO, 2002, p.17).

1.2.1 CORTIÇO DE ALUÍSIO DE AZEVEDO

Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo nasceu em São Luiz do Maranhão, 1857. Viveu longos anos como escritor profissional, ingressando em 1895 na carreira diplomática, como cônsul. Casou-se com uma senhora argentina, de que teve um filho, Pastor Azevedo Luquez, escritor em espanhol e português. Quando jovem ele fazia caricaturas e poesias, como colaborador, para jornais e revistas no Rio de Janeiro. Seu primeiro romance publicado foi: *Uma lágrima de mulher*, em 1880. Fundador da cadeira número quatro da Academia Brasileira de Letras e crítico social, este escritor naturalista foi autor de diversos livros, entre eles estão: *O mulato*, que provocou escândalo na época de seu lançamento, *Casa de pensão*, que o consagrou.

Este autor, que não escondia seu inconformismo com a sociedade brasileira e com suas regras, escreveu ainda outros títulos: *Condessa Vésper*, *Girândola de amores*, *Filomena Borges*, *O Coruja*, *O homem*, *O esqueleto*, *A Mortalha de Alzira*, *O livro de uma Sogra* e contos como “Demônios”.

Durante grande parte de sua vida, Aluísio Azevedo viveu daquilo que ganhava como escritor, em 1890 o escritor lança *O Cortiço* que atinge o apogeu do Naturalismo

brasileiro, mas ao entrar para a vida diplomática ele abandonou a produção literária. Faleceu em Buenos Aires, Argentina, no dia 21 de janeiro de 1913.

Sendo como tal sujeito do seu tempo, o romancista utiliza seus escritos para “fotografar” a sociedade em que vivia e através do seu olhar sobre o Rio de Janeiro compreender a lógica espacial da cidade, as desigualdades sociais e a formação da elite carioca revelando a violência nela envolvida.

(...) comporta uma imensa galeria de personagens. O Cortiço de João Romão é um organismo vivo, que nasce com algumas tábuas roubadas, e morre num incêndio. Nesse meio tempo, João Romão enriquece - explorando os miseráveis que moram ali e compram em sua venda. Desse convívio de tipos vai se fazendo o romance, como ia se fazendo a nação. (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 485).

Aluísio Azevedo, de acordo com Antônio Cândido, inspirou-se evidentemente em *L'Assommoir*, de Emile Zola, para escrever *O Cortiço*. (CÂNDIDO, 1991, p. 112). A intenção do método naturalista era fazer críticas a uma realidade corrompida. Zola e, neste caso, Aluísio abordam a zoomorfização, isto é, a animalização do comportamento humano com características animais e sensualizadas, criticando os valores moralistas da época. Os dois romances trabalham com personagens de várias etnias. Todavia, *O Cortiço* não trabalha apenas o modo de “vida do operário como Zola o faz, mas também passa representar através dele aspectos que definem todo país” (CÂNDIDO, 1991, p. 121), ou seja, é a figuração do próprio Brasil. *O Cortiço* segundo Afrânio Coutinho é “o melhor romance de aglomerado humano da literatura brasileira” (COUTINHO, 2002, p.79). Sodré sustenta:

O Cortiço é o livro mais verdadeiro de Aluísio de Azevedo. É um romance, este, em que muito se sente o fartum de carne plebéia, o budum e o visgo sensual da gente do povo, mas é o seu livro de cor naturalmente realista, de uma verossimilhança mais completa. (SODRÉ, 1965, p.188)

Como já foi trabalhando no item anterior, a história também faz uso da verossimilhança, o que é provável, o que poderia ter sido, o de possível aceitação, pois

não tem como voltar no tempo para se afirmar sobre algo. Por isso o uso desta obra narrativa histórica.

No Cortiço está presente o mundo do trabalho, do lucro, da competição, da exploração econômica. Temos como exemplo o lucro de João Romão com seus cômodos alugados com insalubridade, tudo comprado com as economias da escrava Bertoleza mostrando dessa maneira a formação da nossa elite carioca:

João Romão comprou então, com as economias da amiga, alguns palmos de terreno ao lado esquerdo da venda, e levantou uma casinha de duas portas, dividida ao meio paralelamente à rua, sendo a parte da frente destinada à quitanda e a do fundo para um dormitório que se arranjou com os cacarecos de Bertoleza. (AZEVEDO, 1997, p. 79)

Caracteriza também a desigualdade social onde manifesta também o cortiço de um lado e o sobrado do outro. Retrata do mesmo modo a vida comum na capital do país e o que era habitual nele e denuncia o comportamento humano, no qual faz uso da trapaça e engano para enriquecer ilicitamente.

Descreve sobre o furto, meio utilizado para construção dos cortiços:

Estes furtos eram feitos com todas as cautelas e sempre coroados do melhor sucesso, graças à circunstância de que nesse tempo a polícia não se mostrava muito por aquelas alturas. João Romão observava durante o dia quais as obras em que ficava material para o dia seguinte, e à noite lá estava ele rente, mais a Bertoleza, a removerem tábuas, tijolos, telhas, sacos de cal, para o meio da rua, com tamanha habilidade que se não ouvia vislumbre de rumor. (AZEVEDO, 1997, p. 79).

Aluísio escreve sobre os imigrantes, principalmente portugueses. Temos como exemplo o Português que vence o meio (João Romão), o que é chega e é vencido pelo meio (Jerônimo) e o português que representa a elite do Brasil (Miranda). Os três são exemplo do Determinismo "O homem é o produto do meio, momento e hereditariedade". João Romão é influenciado pelos moradores do sobrado, por isso, começa a se modificar, ficar mais sofisticado; Miranda, como começa a se misturar com o pessoal do cortiço, fica indolente e preguiçoso.

O Autor faz alusão aos relacionamentos entre portugueses e brasileiros. Com um sentido de preconceito descreve o relacionamento da Bertoleza com Romão quando

o mesmo o convidou para morarem juntos e ela aceita, feliz, "porque, como toda cafuza [...] não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua" (AZEVEDO, 1997, p. 79). O Mesmo ocorre nos amores de Jerônimo e Rita, que "era volúvel como toda a mestiça"; quando viu que o português a queria, trata logo de largar o capoeira Firmo, mulato como ela, porque "o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior" (AZEVEDO, 1997, p. 79).

Capítulo 2 – O RIO DE JANEIRO E OS CORTIÇOS

2.1 – O RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a abertura dos portos em 1808 para os países estrangeiros que possuíam relações com Portugal, o comércio da cidade do Rio de Janeiro passou a receber grandes quantidades de produtos europeus, principalmente ingleses. “Entre 1808 e 1822 foi registrada a fixação de 4.234 estrangeiros, sem contar os seus familiares. Foram 1.500 espanhóis, mil franceses; seiscentos ingleses, centenas de alemães, italianos, suíços, suecos, holandeses etc. Até mesmo chineses e hindus vêm para o Rio.” (LESSA, 2000, p.77). Ao se tornar capital do Império português, a cidade foi sendo modernizada, porém não deixava de ter a sua população predominantemente mestiça e a forte presença da escravidão em sua localidade.

Segundo Glória Kok “de 1872 a 1890, a população praticamente dobrou, passando de 266 mil a 522 mil habitantes” (KOK, 2005, p.16). Isso ocorreu devido à assinatura da Lei Áurea em 1888 onde os escravos permaneceram na capital para ingressarem no mercado de trabalho. “Um ano após a Abolição, dos 522.651 habitantes do Rio, 34% eram negros ou mestiços; deste grupo, 48% tinham emprego como domésticos.” (LESSA, 2005, p. 115).

Porém, antes mesmo da abolição da escravidão, existia uma grande parcela de escravos que trabalhavam. Uns eram libertos, outros mesmo, sem serem libertos, “possuíam uma relativa autonomia em relação às normas econômicas do período” (CAMPOS, 2007, p. 54). Os estudos de Manuela Cunha demonstram que “os escravos urbanos eram considerados um perigo que a imprevidência de toda uma população urbana

que vivia à sua custa estava fomentando” (CUNHA, 1986, p. 54). O Rio de Janeiro ainda segundo a autora, “concentrava grandes números de escravos urbanos. Eles permaneciam livres, parte do tempo, para vender ou alugar seus serviços em troca de um jornal – correspondente ao salário diário de um trabalhador com o qual pagava seus senhores. O que sobrava era utilizado, muitas vezes, para alugarem ou sublocarem quartos em estalagens de cortiços, deixando assim de dependerem dos seus senhores para lhes proverem moradias” (CUNHA, 1986, p. 54).

Aluísio de Azevedo sob essa perspectiva narra sobre Bertoleza, uma de suas personagens em *O Cortiço*, que era uma mulher escravizada e juntava dinheiro com o lucro da quitanda na qual vendia comida e juntava dinheiro para comprar a sua liberdade.

Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do bairro. De manhã vendia angu, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal a seu dono vinte mil-réis por mês, e, apesar disso, tinha de parte quase que o necessário para a alforria. [...] João Romão comprou então, com as economias da amiga, alguns palmos de terreno ao lado esquerdo da venda, e levantou uma casinha de duas portas, dividida ao meio paralelamente à rua, sendo a parte da frente destinada à quitanda e a do fundo para um dormitório que se arranhou com os cacarecos de Bertoleza (AZEVEDO, 1997, p. 1).

Assim como muitos escravos eram enganados, por não saberem ler e escrever, Bertoleza também foi por seu amigo João Romão que se apropriou das economias da escrava para investir no próprio negócio. Novamente é retratada a visão crítica do autor que expõe os problemas sociais, a exploração do homem pelo homem.

A quantidade de pessoas pobres e sem qualificação na cidade do Rio de Janeiro era relevante. De acordo com Lilian Vaz nesta “vasta oferta de força de trabalho a proporção dos empregados domésticos e dos ‘sem profissão’ era alta, refletindo a disponibilidade desta força de trabalho” (VAZ, 1985, p.13). Esta autora mostra que:

A categoria dos "sem profissão conhecida" constituía 34% do total da população. Somados aos que se declaravam viver de "agências", ou seja, de biscates, teremos 35% da população vivendo em constante busca de estratégias de sobrevivência (VAZ, 1985, p.13).

Para garantir a sobrevivência, grande parte da população vivia na rua e possuía precárias remunerações, pois morar próximo ao centro do Rio de Janeiro possibilitava ocupação e morar longe, sem transporte, somente os mais abastados que poderiam. José Murilo de Carvalho descreve:

[...] Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (CARVALHO, 2002, p. 18).

Esse autor afirma também que “em 1890, com a República recém-proclamada, havia mais de 100 mil pessoas vivendo nessa condição marginal” (CARVALHO, 2002, p. 17). Glória Kok compara as ruas do Rio de Janeiro a “mercado onde produtos variados – leite, aves, vassouras, cebolas, panelas, doces, carvão, sorvete, doces etc. – eram comercializados muitas vezes sem higiene e quase sempre sem regulamentação” (KOK, 2005, p. 16).

Outra razão para o grande crescimento populacional do Rio, de acordo com Kok, é o grande “contingente de imigração ao longo da segunda metade do século XIX, especialmente de portugueses” (KOK, 2005, p. 16). Em 1890, segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, “o número de estrangeiros atingiu 155.202 habitantes, quase dobrando, em virtude da alta imigração de 1888 e 1890, e o número de brasileiros alcançava 367.449 habitantes, crescendo em proporção pouco menor” (LOBO, 2001, p. 62).

Armelle Enders afirma que “depois da guerra do Paraguai, a corte atraiu uma forte corrente migratória, vinda da Europa, mas também das províncias do Nordeste” (ENDERS, 2004, p. 199). De acordo com a pesquisa da autora “em 1890, o recenseamento indica 54% dos habitantes da capital nasceram nela, um quarto é constituído por imigrantes estrangeiros e um quinto se origina de outras provinciais” (M.D. Moreira, 1969, p. 169). Assim, “alforriados e pobres expulsos dos campos nordestinos pelo declínio da cultura de cana-de-açúcar pensam poder encontrar uma vida menos rude na capital imperial” (ENDERS, 2004, p. 199).

A Guerra do Paraguai (1865-1870) também é considerada um fator preponderante na construção dessa população porque muitos escravos foram alforriados para a guerra

“quando retornaram, muitos mutilados, alojaram-se nessas habitações” de cortiços (CAMPOS, 2005, p. 56).

2.2 – AS MORADIAS POPULARES NO RIO DE JANEIRO E A OBRA DE ALUÍSIO AZEVEDO

Aluísio Azevedo em sua obra *O Cortiço* descreve sobre esses habitantes do Rio de Janeiro. O romance narra pormenorizadamente a presença de imigrantes, tanto europeus, de um modo geral, como outros migrantes. Nesse caso temos dois grupos de personagens. No primeiro, o Miranda, representando a elite social, o João Romão, que enriquece com a exploração de outros e portugueses pobres, como o Jerônimo e outros habitantes do cortiço. Já o segundo grupo é formado por imigrantes internos, como a baiana Rita que tenta a vida na cidade do Rio.

Aluísio Azevedo também descreve sobre imigrantes de outras partes do mundo como os italianos e judeus que são moradores do cortiço, porém os retrata de forma estereotipada. Os italianos são descritos como barulhentos e desordeiros como o exemplo de Pompeo, Francesco e o Andréa:

Em uma outra casinha do cortiço acabava de estalar uma nova sobremesa, engrossando o barulho geral: era o jantar de um grupo de italianos mascates, onde o Delporto, o Pompeo, o Francesco e o Andréa representavam as principais figuras. Todos eles cantavam em coro, mais afinados que nas outras duas casas; quase, porém, que se lhes não podia ouvir as vozes, tantas e tão estrondosas eram as pragas que soltavam ao mesmo tempo. De quando em quando, de entre o grosso e macho vozear dos homens, esguichava um falsete feminino, tão estridente que provocava réplica aos papagaios e aos perus da vizinhança. E, daqui e dali, iam rebentando novas algazaras em grupos formados cá e lá pela estalagem (AZEVEDO, 1997, p. 14).

Já os Judeus são mostrados ávidos como o velho Libório, que possuía uma fortuna, mas guardava o dinheiro e mendigava para conseguir mais. Retrata assim o mito do judeu “pão duro”. A fama de gananciosos e espertos nos negócios no Brasil espalha através de frases e ditados largamente conhecidos como: "A diferença entre um judeu e um turco

aprendemos é que ambos vendem a mãe, mas o turco não entrega". O escritor Azevedo retrata da seguinte forma:

Olha o velho Libório! Como está cada vez mais duro!... Não se entrega por nada o demônio do judeu!

Um tipão, o velho Libório! Ocupava o pior canto do cortiço e andava sempre a fariscar os sobejos alheios, filando aqui, filando ali, pedindo a um e a outro, como um mendigo, chorando misérias eternamente, apanhando pontas de cigarro para fumar no cachimbo, cachimbo que o sumítico roubara de um pobre cego decrépito. Na estalagem diziam todavia que Libório tinha dinheiro aferrolhado, contra o que ele protestava ressentido, jurando a sua extrema penaria. E era tão feroz o demônio naquela fome de cão sem dono, que as mães recomendavam às suas crianças todo o cuidado com ele, porque o diabo do velho, quando via algum pequeno desacompanhado, punha-se logo a rondá-lo, a cercá-lo de festas e a fazer-lhe ratices para o engabelar, até conseguir furtar-lhe o doce ou o vintezinho que o pobrezito trazia fechado na mão (AZEVEDO, 1997, p. 12).

Os Cortiços então surgiram como uma solução para essa classe menos favorecida. Em 1869, segundo Lia de Aquino, “havia 642 cortiços, com 9.671 quartos e uma população de 21.929 pessoas, passando esse número, em 1888, para 1.331 cortiços, com 18.866 quartos e uma população de 46.680 pessoas. A porcentagem dos cortiços era, então, de 3,9% e a de sua população, 11,72%.28” (CARVALHO, 1995, p 140)

Sobre a qualidade de vida dos habitantes do Rio de Janeiro, especificamente da área pobre, Maurício de Abreu descreve:

As condições de higiene sempre foram precárias no Rio de Janeiro (...) o núcleo urbano denso e apertado, cercado ainda de mangues e de terrenos paludosos, cortados por enormes quantidades de valas que, por estarem constantemente entupidas por dejetos lançados pela população, não conseguiam escoar água da chuva (...). Para isso contribuía também a proliferação das habitações coletivas pela cidade, especialmente o “cortiço”. Este tipo de habitação caracterizava-se pela disposição de uma multiplicidade de quartinhos em volta de uma área aberta que, entretanto, era ali que lavadeiras (...) faziam seu trabalho (ABREU, 1988, p.52).

Contudo, a cidade do Rio ainda era visada devido às comodidades que proporcionava a seus moradores. Quem morava no centro da cidade tinha a facilidade de trabalho. Por isso, um fator importante para o surgimento dos cortiços eram os entraves nos meios de transporte. Como nos mostra Abreu:

Somente aquelas pessoas que possuíam rendas, ou que, ao menos tinham algum tipo de remuneração estável poderiam dar-se ao luxo de morar fora da cidade, “seja nos elegantes bairros de Botafogo e Engenho Velho, seja nos mais modestos subúrbios que se formavam ao longo da via férrea” (ABREU, 2006, p 51).

Desta forma, para a grande parte da população “a localização central, ou próxima ao centro, era condição indispensável” (ABREU, 2006, p 51). Porque no centro aquelas pessoas poderiam ter os elementos necessários para a sua subsistência. Maurício de Abreu aponta:

Morar na área central significava muito mais do que não ter gastos com transporte. Para muitos, trabalhadores livres ou escravos de ganho, o trabalho tinha que ser procurado diariamente, e sob condições cada vez mais adversas, dada a crescente concorrência da força de trabalho imigrante. Estar próximo ao centro significava garantir a sobrevivência, mesmo porque, para grande parte da população ativa, constituída de vendedores ambulantes e de prestadores dos mais variados serviços, o trabalho não existia enquanto local, mas só aparecia como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de atividades econômicas (ABREU, 2006, p 51).

Através dessa lógica compreende-se o cortiço descrito por Aluísio Azevedo e seus inquilinos que viviam com pouca salubridade, altos aluguéis em troca de uma aproximação do centro da cidade. Com isso o proprietário conseguia lucros exorbitantes.

Assim sobrevivia “a população menos favorecida, vítima principal do crescimento urbano desordenado, feito ao sabor dos interesses do capital especulativo, aglomerava-se em moradias populares no próprio centro, muitas delas habitações coletivas, nos subúrbios, vales, várzeas, mangues, escarpas de montanhas e morros” (KOK,2005, p. 25)

Em sua obra “*O Cortiço*” Aluísio Azevedo atenta que não eram poucos os que trabalhavam próximo ao cortiço. As personagens das lavadeiras, os trabalhadores da pedreira e outros não hesitavam em alugá-lo. Era muito valorizado e rapidamente ocupado.

Não obstante, as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação [...] Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem (AZEVEDO, 1997, p.7).

Todavia, não era benéfica para a população essa situação. De acordo com Lillian Vaz “à medida que aumentava a aglomeração, reduziam-se as condições de higiene no interior da habitação. As condições e a salubridade se agravavam: periódicas epidemias de cólera, varíola e febre amarela atingiam a cidade” (VAZ, 1994, p. 583).

No livro *O Cortiço* Aluísio de Azevedo, sendo como tal um escritor naturalista, não deixa de retratar a sociedade e suas mazelas. Em sua obra descreve sobre Jerônimo, o trabalhador português que representa disciplina e trabalho, funcionário da pedreira que ficou doente, e nele exemplifica os fatos ocorridos:

No dia seguinte, Jerônimo largou o trabalho à hora de almoçar e, em vez de comer lá mesmo na pedreira com os companheiros, foi para casa. Mal tocou no que a mulher lhe apresentou à mesa e meteu-se logo depois na cama, ordenando-lhe que fosse ter com João Romão e lhe dissesse que ele estava incomodado e ficava de descanso aquele dia [...] Pois um homem rijo, que nunca caía doente? Seria a febre amarela? (AZEVEDO, 1997, p. 16)

Vaz afirma que a “relação entre as habitações coletivas populares e a insalubridade da cidade foi rapidamente detectada. As habitações coletivas passaram a ser consideradas como a causa da insalubridade, e por este motivo foram condenadas a desaparecer, substituídas por habitações higiênicas.” (VAZ, 1994, p. 583).

Acrescenta Chalhoub:

(...) e houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. (CHALHOUB, 1996, p. 29).

O autor explica que a classe pobre oferecia não somente perigo de contágio de doenças, mas também poderia apresentar problemas de âmbito social com seus hábitos e costumes. Azevedo denuncia o preconceito da sociedade que via os mais pobres como classe perigosas, não somente pela insalubridade do local, mas pelo modo de vida da população.

Capítulo 3 – HISTÓRIA DOS CORTIÇOS CARIOCAS

3.1 CORTIÇOS

Os Cortiços poderiam ter vários nomes associados ao seu tipo dependendo do contexto e da região vivida. O Arquiteto Andrea Picciani descreve:

Ao longo dos anos, dependendo do período histórico-político, várias denominações, que denotavam sua precariedade foram associadas à palavra “cortiço”. Entre os mais usados estão: “casa-de-cômodo”, “cabeça-de-porco”, “estância”, “zungu”, “pensão”, “hotel”, “hospedaria”, “vila”, “quintal”, “estalagem”, e “filadeiras de quartos ao longo do corredor” (PICCIANI, 2004, p. 22)

O termo “cabeça-de-porco”, por exemplo, foi dado esse nome devido a um famoso cortiço do Rio de Janeiro que tinha um significado “de antro”. (PICCIANI, 2004, p. 22). O nome foi dado como sinônimo de moradia coletiva e insalubre para a população pobre

Todos esses tipos possuíam dificuldades e inseguranças em suas habitações, não perdiam as características de precariedade e segundo o arquiteto fazem parte de todas essas definições “unidades coletivas concebidas como quartos, em alguns casos com instalações sanitárias de uso privado” (PICCIANI, 2004, p. 22).

No dicionário Aurélio, encontramos a definição de cortiço como “caixa cilíndrica, na qual as abelhas se criam e fabricam o mel e a cera” (FERREIRA, 2009, p. 233). E em comparação a esta definição pode-se associar o significado da palavra à realidade no Rio de Janeiro.

Essas formas de habitações coletivas e insalubres surgiram através do processo de industrialização e modernização da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Lilian Fessler “elas foram acompanhando passo a passo as transformações havidas no espaço urbano e na habitação” (VAZ, 1994, p.581). Com todas as mudanças decorridas no Rio a cidade passou a ter “feição colonial com aspectos de moderna metrópole capitalista. Nessa transição está à substituição do trabalho

escravo pelo assalariado, a formação de mercados e mercantilização de bens, inclusive a moradia e o trabalho, a decadência da cafeicultura fluminense, o desenvolvimento dos setores secundários e terciários da economia, a definição de novas categorias sociais e a substituição de elites no poder com a queda do império e a Proclamação da República” (VAZ, 1994, p.581).

Os cortiços apareceram nesse período para atender a demanda de pessoas que necessitavam e viviam da industrialização. Esta era uma forma de aproveitamento do limitado espaço disponível nas antigas freguesias centrais. Assim os “quintais e terrenos livres foram cobertos de frágeis casinhas e, posteriormente, casas foram desocupadas e subdivididas em cômodos. Lotes e casas eram encortiçados e transformados em estalagens. Apesar de serem objetos arquitetônicos de formas diferentes, são iguais em sua essência” (VAZ, 1994, p.581). Possuía desta forma um mesmo sistema de moradias onde “proprietários cediam seus imóveis que investiam pequenas economias na construção de casinhas ou na subdivisão das edificações existentes”. (VAZ, 1994, p.581). Nesse tipo de habitação, os proprietários lucravam de maneira exorbitante sobre aqueles que precisavam de moradia e precisam residir próximo ao centro do Rio.

No final no século XIX já havia uma divisão entre as áreas aristocráticas e as áreas populares. Glória Kok afirma em sua obra sobre o Rio de Janeiro:

Na zona sul, Laranjeiras, Botafogo, Flamengo e Copacabana, onde se construíam belos palacetes em estilos variados (geralmente inspirados em modelos europeus), e na zona norte, Rio Comprido, Tijuca, além do velho bairro de São Cristóvão, eram regiões bem atendidas pelos serviços públicos.

A emergente classe média assalariada vivia nas proximidades do centro ou nos subúrbios que cresciam, muitas vezes, a partir das estações de trem (KOK, 2005, p. 25).

Segundo a autora, “as casas de cômodos, por sua vez, resultavam da transformação de antigos palacetes e casarões, antes residências de famílias abastadas que se mudavam para os novos bairros, em habitações de gente pobre” (KOK, 2005, p. 28), ou seja, os mais ricos se mudavam para os lugares que antes eram considerados modestos, quem morava no centro eram as pessoas que não tinham meios de transporte para locomover-se para o trabalho. “O preço desses alojamentos populares era muito alto, se comparado ao salário dos trabalhadores” (KOK, 2005, p. 28), por isso, fazia-se a divisão de uma casa para várias pessoas, vários cômodos. A historiadora descreve:

Um quarto em uma casa de cômodos, por exemplo, custava, no mínimo, 20\$ (20mil-réis) mensais; uma casinha de cortiço, de 50\$ a 60\$. As primeiras casas de cômodos formaram-se já nas antigas freguesias de São José (onde estava a igreja do mesmo nome e a Praça Quinze), Espírito Santo (Castelo e Santa Luzia), Santo Antônio (a área em torno do morro) e Santana (famosa pela Praça Onze), ‘uma África em miniatura’, na feliz expressão de Heitor dos Prazeres, e pela Casa da Tia Ciata, redutos de alguns bambos do samba (KOK, 2005, p. 28).

Os cortiços eram mal vistos pela sociedade e culpados pelos focos de epidemias e pela desordem da cidade, pois os gestores da primeira República queriam impor no Rio de Janeiro a forma do *Glamour* Parisiense, a civilização e o progresso e encontraram aí um empecilho que foi a grande quantidade de negros que foram libertos. Esses foram estigmatizados por suas culturas e religião. “Era uma população de excluídos, uma ‘plebe rude’ de costumes ‘selvagens’, praticantes de usos ‘bárbaros’ como o carnaval do entrudo, dos cordões e blocos de ‘sujo’, de ritmos ‘obsce-nos” (MIRANDA,2007, p.3). E desta forma, é criado o estereótipo do negro, sem trabalho, à margem da sociedade, sempre associando ao vagabundo e a figura do malandro.

Com a Proclamação da República, a situação de moradias se agravou devido às demolições de estadias que foram feitas em prol da higienização e da segurança da cidade. “Ficou na história a demolição, pelo prefeito Barata Ribeiro, de um dos maiores e mais famosos cortiços da cidade, o “Cabeça de Porco” em 26 de janeiro de 1893, na Rua Barão de São Félix, 154, habitado por um número incerto de pessoas (2 mil ou, segundo alguns, 4 mil moradores) (CHALHOUB, 2004, p. 15).

O Cabeça de Porco serviu de inspiração ao escritor Aluísio Azevedo para escrever, em 1890, a obra *O cortiço*:

E os quartos do cortiço pararam enfim de encontro ao muro do negociante, formando com a continuação da casa deste um grande quadrilongo, espécie de pátio de quartel, onde podia formar um batalhão. Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem. Prontas, João Romão mandou levantar na frente, nas vinte braças que separavam a venda do sobrado do Miranda, um grosso muro de dez palmos de altura, coroado de cacos de vidro e fundos de garrafa, e com um grande portão no centro, onde se dependurou uma lanterna de vidraças vermelhas, por cima de uma tabuleta amarela, em que se lia o seguinte, escrito a tinta encarnada e sem ortografia: “Estalagem de São Romão. Alugam-se casinhas e tinas para lavadeiras”. As casinhas eram alugadas por mês e as tinas por dia; tudo pago adiantado. O preço de

cada tina, metendo a água, quinhentos réis; sabão à parte. As moradoras do cortiço tinham preferência e não pagavam nada para lavar. Graças à abundância da água que lá havia, como em nenhuma outra parte, e graças ao muito espaço de que se dispunha no cortiço para estender a roupa, a concorrência às tinas não se fez esperar; acudiram lavadeiras de todos os pontos da cidade, entre elas algumas vindas de bem longe. E, mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgia uma nuvem de pretendentes a disputá-los. E aquilo se foi constituindo numa grande lavanderia, agitada e barulhenta, com as suas cercas de varas, as suas hortaliças verdejantes e os seus jardinzinhos de três e quatro palmos, que apareciam como manchas alegres por entre a negrura das limosas tinas transbordantes e o revérbero das claras barracas de algodão cru, armadas sobre os lustrosos bancos de lavar. E os gotejantes jiraus, cobertos de roupa molhada, cintilavam ao sol, que nem lagos de metal branco. E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco (AZEVEDO, 1997, p.7).

Diante da situação encontrada pelas classes trabalhadoras no cortiço o “Estado Imperial incentivou a construção de vilas de casas higiênicas e baratas para proletários e operários dando concessões de favores a construtores” (VAZ, 1994, p.581). Com esse privilégio autorizado pelo governo os empresários podiam “desapropriar prédios e terrenos necessários para a realização de projetos e isenção de impostos durante vários anos e de taxas de alfândega para a importação de materiais de construção” (VAZ, 1994, p.581).

Sendo dessa forma de grande vantagem para esses empresários, foi intensificado o discurso para persuadir a sociedade dos malefícios da permanência na habitação coletiva. Foi empregado de forma negativa e “o nome cabeça de porco se incorporou ao nosso vocabulário como sinônimo de habitação coletiva popular e insalubre” (VAZ, 1994, p.581).

Os cortiços também foram postos a baixo a partir da ideologia higienista, pela qual os intelectuais-médicos buscavam justificar a necessidade da remoção de pessoas. Um exemplo empregado por Chalhoub trata da questão dos pobres e da difusão dos hábitos. Diz um dos relatórios que “os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de erradicações de epidemias, além de, naturalmente terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos” (CHALHOUB, 2004, p. 15). Outro motivo, de acordo com **Andreino Campos, foi o fato de esse ser “o período que mais cresceu a concessão de alforrias 1870 e 1880, liberando quantidades crescentes de trabalhadores escravos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro fez com que essa liberação causasse grande preocupação às elites que logo associaram à formação das ‘classes perigosas’, pelo seu**

vertiginoso aumento” (CAMPOS, 2005, p. 30). É nesse contexto que acontece o clímax da ideologia que segrega as classes populares.

3.2 CORTIÇOS E FAVELIZAÇÃO

Com a demolição dos cortiços pelo prefeito Barata Ribeiro, muitos ficaram desabrigados e pouco se sabe sobre os destinos dessas pessoas.

Observemos esta hipótese de Sidney Chalhoub:

O prefeito, num magnânimo rompante de generosidade, mandou facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a tirada das madeiras que podiam ser aproveitadas em outras construções. De posse do material para erguer pelo menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá detrás da estalagem” (CHALHOUB, 2017, p. 19).

De acordo com a tese de Lilian Fessler, foi desta forma que se deu a expansão dos cabeças de porco para as encostas do morro. Sidney Chalhoub descreve que “se trata de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio de Janeiro já entrava no século das favelas” (CHALHOUB, 2017, p. 17). Assim de forma violenta, sem ter onde acomodar essas pessoas que ficaram sem moradias, que os cortiços foram demolidos.

Segundo Armelle Enders “o número exato de pessoas alojadas na centena de casebres agrupados atrás do portão ornado com uma cabeça de porco escapa aos observadores – os jornais de 1903 falam em dois mil -, e a sorte delas, após a destruição desse pardieiro imundo, é menos conhecida ainda. Sem dúvida, uma parte subiu o morro da providência, bem próximo, e ergueu novos casebres nas encostas” (ENDERS, 2004, p. 203).

Outro fator que muito contribuiu para a formação das favelas foi a chegada dos soldados que retornavam da pacificação de Canudos e foram autorizados a colonizar a mesma colina. “Eles a chamavam de favela que é uma planta espinhosa, típica do sertão árido, que tinha dado o nome a uma elevação estratégica para a conquista da cidade de

Canudos” (ENDERS, 2004, p. 203). A autora afirma que “a erradicação dos cortiços, espetacular, mas incompleta, faz surgir um novo tipo de habitação popular, bem mais visível, porém, mais incontrolável ainda: as favelas” (ENDERS, 2004, p. 203).

3.3 OS CORTIÇOS EM SALA DE AULA

A integração entre História e Literatura pode ser muito produtiva para o trabalho em sala de aula, porém a constituição de ambas as áreas deve ser bem observada para que não entrem em conflitos, pois os historiadores não possuem a mesma liberdade de narração como os romancistas e os romancistas não possuem o mesmo método de análise dos historiadores. “A História, ainda que postule ser uma ciência, é ainda assim um gênero literário; a Literatura, ainda que postule ser uma Arte, está diretamente mergulhada na História” (BARROS, 2010, p.2), mas uma aumenta o conhecimento da outra e através da multidisciplinaridade faz com que o aluno tenha uma visão mais abrangente de uma obra ou de um período.

Através do romance *O Cortiço* de Aluísio Azevedo pode-se conhecer sobre as diferentes formas de morar no Rio de Janeiro. Para trabalhar as moradias do período das últimas décadas do século XIX o professor de história poderá utilizar em sala de aula um trecho do livro, como:

“Estalagem de São Romão. Alugam-se casinhas e tinas para lavadeiras”.

As casinhas eram alugadas por mês e as tinas por dia; tudo pago adiantado. O preço de cada tina, metendo a água, quinhentos réis; sabão à parte. As moradoras do cortiço tinham preferência e não pagavam nada para lavar (AZEVEDO, 1997, p. 8).

A partir desse trecho, o professor pode discutir sobre o modo de vida da sociedade que surge no Rio de Janeiro, ensinando aos alunos sobre os cortiços e seu período histórico, o descaso dos governantes com a população marginalizada e que o cortiço surgiu como uma solução para essa classe desfavorecida.

Outra sugestão que pode ser desenvolvida pelo professor é a elaboração de um debate acerca da localização das pessoas e questionar o porquê da preferência de habitação no centro do Rio e relacionar com o ambiente de trabalho e os meios de transportes existentes no período utilizando o trecho:

Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação [...] Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem (AZEVEDO, 1997, p. 8).

O Professor poderá questionar a classe sobre o motivo da grande quantidade de pessoas no Rio de Janeiro e desta forma explicar sobre a abolição da escravatura, onde os negros se concentraram em grande parte na cidade e segundo o IBGE “subiram as encostas dos morros, pois não houve uma integração social daqueles que ganharam liberdade” (IBGE, 2010).

Explicar também sobre a guerra do Paraguai (1865-1870) onde também foi considerada um fator preponderante na construção dessa população, porque muitos escravos foram alforriados para a guerra “quando retornaram, muitos mutilados, alojaram-se nessas habitações” (CAMPOS, 2005, p 56), de cortiços e favelas.

No Livro *O Cortiço* Aluísio Azevedo cita alguns estrangeiros como João Romão, Miranda, Jerônimo que são de Portugal, cita também italianos onde o Delporto, o Pompeo, o Francesco e o Andréa representavam as principais figuras e o judeu Libório. Assim, o professor poderá entrar na questão da imigração no Rio de Janeiro que também é motivo para o crescimento desordenado da cidade e sobre as teorias e doutrinas raciais europeias. “Onde o pensamento brasileiro expressava, à época, uma preocupação sistemática com a origem multiétnica do povo brasileiro, percebida como fonte de contradições sociais e obstáculo à construção de uma identidade nacional” (PETRUCCELLI, 1996, p. 134).

Outra imigrante, porém, interna, também apresentada é a Rita baiana que veio para o Rio atraída pelas oportunidades de emprego da capital. Assim o educador poderá explicar que a imigração não foi somente externa e mostrar o Rio de Janeiro dando os primeiros passos rumo a um processo de expansão e modernização, segundo conceitos vigentes na época.

O Professor, através do romance, poderá realizar um contraponto com as moradias insalubres da atualidade, comparando as casas dos cortiços com as favelas das encostas dos morros; e através de debates com os alunos mostrar as mazelas da sociedade, que

continua sendo ignorada pelos governantes. Ele deverá explanar sobre o despejo do prefeito Pereira Passos para com os encortiçados, onde foi imposto para a reforma da cidade, e assim se desenvolveu a favela mais antiga, que está situada no Morro da Providência entre os bairros do Santo Cristo e da Gamboa, na zona portuária da cidade brasileira do Rio de Janeiro.

As favelas fazem parte da paisagem de um terço dos municípios do país, abrigando mais de 10 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E mesmo assim, é um assunto pouco explorado em livros didáticos.

Estudar sobre os cortiços e sobre a favelização “é mais do que uma forma de romper preconceitos, é uma oportunidade para ensinar a turma a reconhecer as diferentes formas das paisagens urbanas, compará-las, entender as modificações no espaço feitas pelo homem e as relações sociais e econômicas nesses territórios” (MARTINS, 2009, p. 2).

O Professor poderá utilizar como recursos para a sala de aula o livro *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo e ou recurso midiático como o filme brasileiro de 1978, *O Cortiço* do gênero drama, dirigido por Francisco Ramalho Jr., com roteiro baseado no livro homônimo de Aluísio Azevedo e fotos antigas do início das moradias no morro e fotos atuais das favelas do Rio de Janeiro.

Considerações finais

A segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcadas por diversas mudanças de ordem econômica, social, política e cultural que implicaram nas transformações das moradias do Rio de Janeiro. E através da obra *O Cortiço* pode-se perceber sobre essas alterações e o porquê delas.

Estudar sobre essa obra é ter uma noção sobre a população da cidade do Rio de Janeiro e seu modo de vida, seus hábitos na capital. O Presente trabalho teve como anseio contribuir no sentido de avançarmos na reconstituição do passado dessa importante cidade brasileira e entender a lógica da habitação popular dos despossuídos de uma renda fixa e a importância de se concentrar no centro para o importante mercado importador e exportador.

Podemos também perceber como ocorreu o início da favelização nessa cidade, a qual começou com a expulsão e a marginalização desses moradores dos cortiços, os quais sem ter para onde ir, subiram as encostas do morro e ali habitaram.

Estudar história e literatura é de grande importância para o aluno, pois a história é uma das ciências humanas, logo, tem por princípio estudar o ser humano, neste caso através do romance naturalista pode-se compreender sobre o período trabalhado, pois o mesmo nos deixou pistas através de seus autores que, sendo como tal fruto do seu tempo, “fotografaram” a sociedade em que viviam.

Com a interdisciplinaridade pode-se despertar no aluno o interesse pela disciplina e assim propiciar uma reflexão ampla fora dos limites reproduzidos na escola que continuam como uma forma ultrapassada de pensar história.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP/ Zahar, 1988 *apud* CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela - A Produção do Espaço Criminalizado no Rio de Janeiro**, São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL: 1900-1910. (1980) *In: Nosso Século*, vol 1. São Paulo: Abril Cultural. *apud* CAMPOS, Andreilino **Do quilombo à favela - A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**, São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. **Novas perspectivas da História**. São Paulo: Unesp, 1991.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. De cortiço a cortiço. *In: Novos Estudos CEBRAP*, nº 30, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª Ed. 12º reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, Lia Aquino. **Contribuições ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro 1886-1906**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995. (Publicado junto com ROCHA, Oswaldo P., *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil: Era Realista, Era de Transição*. 6. ed., São Paulo: Global, 2002.

CUNHA, M.C. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1986 *apud* CAMPOS, Andreilino. *Do Quilombo à Favela - A Produção do Espaço Criminalizado no Rio de Janeiro*, São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

ENDERS, Armelle. **A História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa** – 7ª edição. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

KOK, Glória. **Rio de Janeiro na época da Av. Central**. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis [uma reflexão em busca da autoestima]**. Rio de Janeiro, Record, 2000, p.77. *apud*: KOK, Glória. *Rio de Janeiro na Época da Av. Central*. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

LOBO, Eulália. M.L. **A imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARTINO, Pierre (1923). **Le Naturalisme Français**. Paris, Armand Colin. *Apud*.
COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil: Era Realista, Era de Transição*. 6. ed., São Paulo: Global, 2002.

M.D. Moreira Azevedo. **O Rio de Janeiro. Sua História. Monumentos, Homens Notáveis, Usos e curiosidades**. Rio de Janeiro: Livr. Brasileira Editora, 1969, 3ª Ed., p. 18 *apud* ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

PICCIANI, Andrea. **Cortiço na Cidade: Conceito e Preconceito na reestruturação do Centro Urbano de São Paulo** – 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. 2º Ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo, Rio de Janeiro**, dissertação de mestrado, PUR/ UFRJ, 1985 *apud* CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

SITES CONSULTADOS:

ABREU, Maurício de Almeida. **Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução.** Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago. 2003. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-MauricioAbreu.pdf>, Acessado em: 4 de maio 2023.

ALVES, Tatiana Batista. **Literatura e História como Reinvenções do Passado.** Teoria da Literatura. Disponível em: <<http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/orientando06.htm>> Acessado em: 21 de maio de 2023.

BARROS, José D' Assunção. *HISTÓRIA E LITERATURA – novas relações para os novos tempos.* Disponível em: <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n6/dossie2_historia.pdf>, Acessado em: 01 de maio de 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Da senzala ao cortiço – história e literatura em Aluísio Azevedo e João Ubaldo Ribeiro.** Rev. bras. Hist. vol.21 no. 42 São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 maio 2023.

IBGE. 2010. **Municípios de até 20 mil habitantes são maioria no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/noticias/municipios.html>>, acessado em: 22 de maio de 2023.

MARTINS, Ana Rita. **A favela como um espaço da cidade.** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/geografia/pratica-pedagogica/favela-como-espaco-cidade-475205.shtml>, Acessado em: 22 de maio de 2023.

MIRANDA, Dilmar Santos de. **A Cidade e o Samba.** LOGOS 26: comunicação e conflitos urbanos. Ano 14, 1º semestre 2007. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/06_DILMAR_SANTOS.pdf> Acessado em: 15 de maio, de 2023.

PESAVENTO, Sandra. *História & literatura: uma velha-nova história.* Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 enero 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Consultado em 21 maio 2023.

PETRUCELLI, José Luis. **Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930.** Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/petruc7.htm>>, Acessado em 22 de maio de 2023.

PIMENTEL, Telmo de Maia. **A Estreita Relação que há entre História e Literatura – Considerações sobre o Romance Histórico “Os Sertões”**. Disponível em: <http://www.univar.edu.br/interdisciplinar/downloads/relacao.pdf>. Acessado em 20 de maio de 2023.

VAZ, Lilian Fessler. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro**. *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 581-597. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>, Acessado em 01 de maio de 2023.

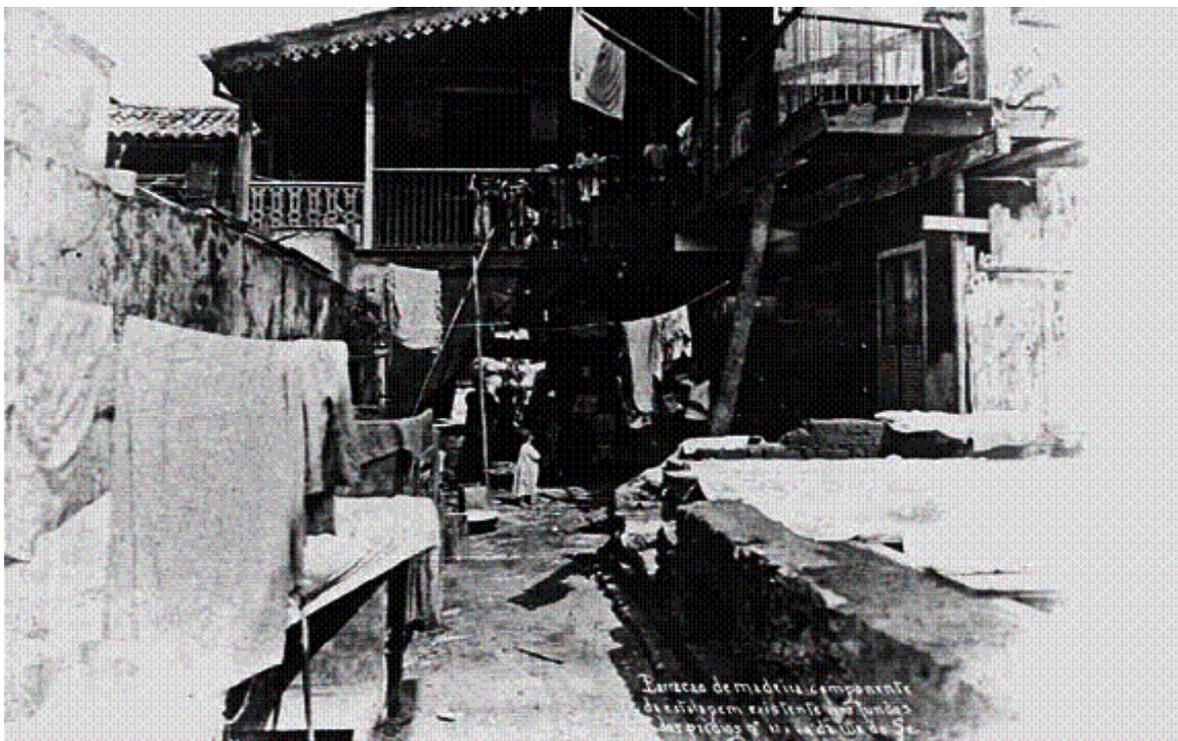
ANEXOS

FOTO A - Comércio ambulante do Rio de Janeiro, c. 1895.



Fonte: FERREZ, Marc *apud* KOK, Glória. Rio de Janeiro na Época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

FOTO B - Um cortiço visto por dentro. Barracão de madeira componente da estalagem existente nos fundos dos prédios nos 12 e 44 da rua do Senado, 27.3.1906



Fonte: MALTA, Augusto *Apud* KOK, Glória. Rio de Janeiro na Época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

FOTO C – Superlotação e péssimas condições sanitárias em um cortiço. Estalagem com entrada pelo número 47. Visconde do Rio Branco, c. **1906**.



Fonte: MALTA, Augusto *Apud* KOK, Glória. Rio de Janeiro na Época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

FOTO D – Demolição dos antigos cortiços, 1883.



Fonte: MALTA, Augusto *Apud* KOK, Glória. Rio de Janeiro na Época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

FOTO E – Barracos construídos com material de demolição em uma das primeiras favelas da cidade. 24.8.1912



Fonte: MALTA, Augusto *Apud* KOK, Glória. Rio de Janeiro na Época da Av. Central. São Paulo:



Beí Comunicação, 2005.

